



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JONAS CAMISA NOVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29/06/2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Bom dia a todos. Com a presença dos Vereadores Ota e eu, como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública no ano de 2016”.

Informo que essa reunião está sendo transmitida no portal da Câmara - www.camara.sp.gov.br, *link* TV Câmara, Auditórios On-Line.

Esta audiência pública foi convocada ao atendimento do requerimento 32/2016, de autoria do Vereador Jonas Camisa Nova, para tratar sobre o tema CTR Eletrônico, Controle de Transporte de Resíduos, e para tratar do PL 3/2016, que altera a redação dos artigos 10, 17 e 18, e cria o artigo 29 A da lei 14.803, de 26 de junho de 2008, acrescenta o inciso IV do artigo 123 da lei 13.748, de 30 de dezembro de 2002, e dá outras providências.

Está presente o Sr. José Alberto Serra de Almeida, Secretário Municipal de Serviços. Fui informado que S.Exa. está a caminho, como também o Sr. Ricardo Brandão, Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, Amlurb.

Gostaria de chamar para compor a mesa o Sr. Agapito, inspetor de agrupamento, representando o Sr. Gilson Pereira de Menezes, Comandante Geral; Francisco Pereira Lima, da Associação ARTESP; Simone, da BTR(?); Ricardo Brandão Figueiredo, Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana; José Barbosa da Silva, da Sincoresp(?) e Edson Conceição dos Santos, do Sindicato de Cargas Próprias.

Antes de chamar para compor a mesa, tem a palavra a Sra. Sílvia.

A SRA. SÍLVIA – Bom dia a todos, bom dia Vereadores presentes e autoridades, nós estamos aqui já há um ano nessa batalha a respeito do CTR *on line*, e nós queremos primeiro consignar, Dr. Ricardo Brandão, que nós não somos contra o CTR. Nós queremos apenas algumas modificações, para que nós possamos trabalhar em parceria com a Amlurb e com a Prefeitura do Município de São Paulo. Quero colocar alguns pontos sobre a Resolução 58. Pontos controversos, algumas falhas no sistema, prazo, responsabilidade do gerador, do transportador, do poder público e as nossas reivindicações.

Pontos controversos: aplicações de multa aplicações apenas ao transportador. Na nossa resolução 58 não existe nenhum tipo de punição para o gerador contradizendo a Legislação Federal que segue a frente. Ausência de previsão de multas ao gerador, ausência de ATT suficientes, ausência de aterros que recebam gesso, madeira e outros resíduos da construção civil, também contrariando a Resolução CONAMA 307, entrada e vigor da Resolução que estamos com ela em aberto, sobre a caducidade do descredenciamento à caçamba virado na contramão de direção, o prazo pra baixo de CTR Eletrônico, dois cadastros que existem hoje dentro da Amlurb inertes e sólidos. E ausência de alguns itens no sistema.

Não existe na Resolução previsão de multa para o gerador. De acordo com a Lei 14.803 de 2008, no art. 4º os geradores de resíduos da construção civil, são os responsáveis pela destinação dos resíduos das atividades e no art. 6º diz que o transportador e o receptor da construção e resíduos volumosos são responsáveis pelos eventos ocorridos apenas no exercício de suas atividades. Ou seja, temos aqui hoje um panorama que se desenha de uma forma equivocada. Dá uma olhadinha, Ricardo, por gentileza, olha o que o nosso gerador faz com nossas caçambas? Olha como eles acondicionam. Isso são os desenhos que encontramos todos os dias na rua e esse gerador que faz isso não é penalizado. Quem é penalizado é o transportador que na verdade deveria ser responsabilizado só no transporte e não com relação a geração. Então nos pedimos que na resolução que deve ser colocada a seguir, que haja essa multa para o nosso gerador. Inclusive uma das petições, é que além da multa para o gerador, que a partir do momento que nós tenhamos a informação de que essa caçamba está com excesso, que não possamos retirar, que seja suspenso o prazo para baixo de CTR, até que esse gerador seja notificado pela Amlurb que regularize isso para que possamos voltar a contar nosso prazo, senão é injusto, pegamos um problema que não é nosso, como se nosso fosse.

Com relação as ATTs. De acordo com a página 27 do Pegirs, que é um documento de 2012, o sistema de gerenciamento no final de 2013 estava composto por 77 unidades de

eco pontos, três aterros e o centro de distribuição de resíduos que operam, principalmente, com volumosos. Temos um movimento, de acordo com o Pegir de 2012, ou totalmente atrasado, que estamos em 2016, defasado, na verdade, com 1182 caçambas dia. Só os que vocês medem no sistema da Prefeitura do Município de São Paulo. Não estamos contando das ATTs que são particulares, o que esse número aumentaria até 20 vezes. Não temos hoje ATTs suficientes.

Aqui tem algumas ATTs que colocamos. Tirei do site da Anlub e podemos verificar que temos: Diadema, Diadema, Diadema, Caieiras, Itaquaquetuba, Mauá, Guarulhos, Carapicuíba, Osasco, Santo André, Embu, Osasco, Diadema, Guarulhos, Osasco, Diadema, Guarulhos, Guarulhos, Osasco, São Bernardo, Embu das Artes, Barueri, e Osasco. Essas são as ATTs que estão hoje no site e em São Paulo, nós temos apenas 13, Das 13 que estão operando hoje em São Paulo, 80% delas não recebem resíduos dos caçambeiros. Elas só recebem resíduos delas próprias. São áreas particulares que se credenciaram para trabalhar apenas com seus próprios resíduos, ou seja, das 13, praticamente duas recebem de todos, ou seja, não temos ATTs para atender a demanda que seria aí hoje de 18 mil caçambas dias. Os nossos aterros já conhecidos, a Revita, que aí está com areia; Riama e o UVR Grajaú, não recebem 100% do material, como por exemplo: gesso, madeira, entre outros. Eles não recebem porque no contrato de licitação deles havia essa previsão, e eles não vão fazer mais do que podem.

Vereador Jonas, o senhor me pediu para providenciar essa fotografia, que é da Odebrecht, dizendo que “é proibida, no aterro da Prefeitura, a entrada dos seguintes materiais(...)”, e no quarto item o senhor lê a palavra gesso, ou seja, os próprios aterros da Prefeitura não recebem gesso, as ATTs não podem receber gesso, nem os ecopontos. Ninguém tem onde jogar gesso e madeira hoje na cidade de São Paulo, então não há como trabalharmos em CTR on-line sem ter onde colocarmos o gesso que, hoje, representa 90% de todas as reformas que são feitas no Município de São Paulo.

Outra coisa muito importante para se dizer é sobre os dois cadastros existentes na Amlurb: o cadastro de inerte e o cadastro de sólidos. E pergunto para a categoria quem tem os dois cadastros. Vocês podem perceber que é a minoria, porque só tem os dois cadastros aquelas empresas que trabalham com grandes construtoras, porque elas exigem desses empresários que tenham esse cadastro.

Esse cadastro de sólidos trabalha com a caçambinha azul, que pode receber outros resíduos da construção civil, que ninguém recebe; ela não é numerada, não tem controle, e – pasmem – ela não precisa de CTR on-line, de acordo com a Resolução. Então, a Cetesb fez um cadastro à parte do material que realmente iria prejudicar o meio ambiente, fingindo que esse cadastro não existe, porque justamente não existe aterro para receber e não existe controle. Logo, se a ideia de vocês é fazer o controle ambiental, saibam que o que faz o meio ambiente ficar poluído não está sendo colocado em pauta pela Amlurb; ao contrário, ela está escondendo embaixo do tapete esse problema e as empresas não têm que andar com CTR on-line, não têm que dar satisfação de onde despejou esse resíduo, porque o que polui não é rastreado.

De acordo com a Resolução Conama 307, de que já falei, são resíduos da construção civil: madeira, compensados e gesso, além desses outros todos de que já falei. E, de acordo com a Lei 12.305, incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios. Então, Dr. Ricardo Brandão, quero frisar que temos que gerir os nossos resíduos dentro de São Paulo, até porque não temos competência fora.

Das 13 ATTs que temos em São Paulo, de acordo com a Resolução 58, no quinto dia útil do mês, eles têm que fazer um relatório de aonde foram destinados os resíduos que eles captaram naqueles 30 dias anteriores. Só que 90% das nossas ATTs estão fora do Município de São Paulo e não precisam fazer esse relatório, então elas jogam em qualquer lugar.

Portanto, o que o Município está fazendo é jogar o lixo no município vizinho, e os vizinhos que se lasquem, ninguém está nem aí com o meio ambiente. É exatamente isso que está sendo feito. O meio ambiente está sendo colocado de escanteio, porque estamos exportando lixo e não temos nenhum controle sobre o que os vizinhos fazem com ele, porque o Município de São Paulo não tem competência para fiscalizar as ATTs que estão fora do Município. Dessa forma, estamos varrendo o lixo para o município vizinho. Isso é inadmissível.

De acordo com o artigo 10, da Lei 12.305, os resíduos têm de ser geridos dentro do Município. Então a Resolução 58 já é viciada, só por causa disso, porque ela contraria a Lei Federal.

Sobre caducidade e descredenciamento, a Resolução 58 também prevê no artigo 19 vários tipos de multa, e quero dizer principalmente com relação à apreensão na reincidência às multas e à declaração de caducidade no item 04. De acordo com a Lei 13.478, no artigo 170, não existe nenhuma possibilidade de haver apreensão; o que a Lei 13.478 determina é que pode haver advertência, multa, suspensão, caducidade e declaração de idoneidade.

A Resolução 58, extrapolando a sua competência, cria a apreensão; e pior, na Resolução 68, que veio a complementar a 58, determina não só a apreensão da caçamba, mas a apreensão do veículo transportador. Quer dizer, se o caçambeiro tem um veículo e 200 caçambinhas, e uma dessas caçambinhas está irregular, ele perde o veículo e não poderá trabalhar com as outras 199. Isso é um absurdo, porque extrapola o artigo 170 da Lei Federal 13.478.

Portanto, as Resoluções 58 e 68 são viciadas, pois criam legislação; e a Amlurb não tem competência para criar legislação, ela só pode regulamentar na base de uma legislação federal, e não pode inovar nem criar nada que extrapole a lei. Não quero ser professora de direito administrativo, mas a premissa do direito administrativo é que o poder público é vinculado ao cumprimento da lei, e o que não está escrito na lei ele não pode fazer. Ao contrário do cidadão comum, que pode fazer o que não está escrito na lei, o poder público

só poder fazer o que está escrito na lei. E a Amlurb faz o que não está escrito na lei, inovando e trazendo duas resoluções totalmente viciadas.

Falhas no sistema, atualizadas: no sistema novo, não existe o CTR eletrônico para resíduos sólidos, como já falei, só para os inertes, então isso já é uma falha no sistema. Não existe também uma comunicação direta entre o cadastrado da Amlurb que favoreça o envio de informações sobre irregularidades do gerador, para que ele possa ser multado, e do clandestino atuante na rua. O que acontece é que os meios de comunicação falam mal dos caçambeiros, como se fossem eles que jogassem o entulho na Marginal Tietê, quando, na verdade, não são os cadastrados que fazem isso, e sim os clandestinos. Ainda não há um canal direto com a Amlurb para denunciar isso. Por isso, queremos propor um canal em que pudéssemos enviar denúncias e fotos para a Amlurb sobre esses clandestinos, que prejudicam a nossa categoria e são bandidos, mancham a nossa imagem. Não sei se os senhores têm o conhecimento, mas, nós temos de estar com todos os nossos impostos em dia, a gente tem de apresentar negativa de débito todos os anos. Quer dizer, todos os que estão sentados aqui são cidadãos e empresários, que pagam em dia todos os seus impostos, senão não poderiam ter cadastro na Amlurb. E aquele bandido que joga na rua os seus entulhos, esse camarada não é fiscalizado pela Amlurb.

E nós queremos isso, queremos ter esse canal direto para que possamos ajudar a Amlurb a tirar essas pessoas de lá. Por quê? Nós cobramos 250, 300 reais uma caçamba, eles cobram 100, 150. Por quê? Porque eles não vão pagar aterro, eles vão jogar na rua. Eles prejudicam a gente, porque aquela pessoa que está com a obra em casa, vai procurar mais barato, não pede o cadastro do cara para saber se o cara é cadastrado na Amlurb. Quer pagar mais barato. Então, eles nos prejudicam, eles prejudicam o meio ambiente, eles prejudicam a Cidade, eles prejudicam todos.

Pode passar. Baixa no CTR eletrônico. De acordo com o artigo 12, da Resolução 58, “Os transportadores de resíduos da construção civil por meio de caçambas estacionárias

deverão emitir um CTR eletrônico para cada caçamba. O registro do CTR deverá ser realizado antes da colocação da caçamba no local de coleta e sua permanência deverá obedecer ao disposto no artigo 18 do Decreto nº 46.594/05”, ou seja, cinco dias de acordo com o artigo 16, aliás, desculpe, 72 horas, “Os CTR’s eletrônicos emitidos para as caçambas estacionárias deverão ser baixados no prazo de 05 (cinco) dias corridos de seu registro.”

Ai vem a Resolução 68, eu pus 65 ali, mas é 68, que não revoga a Resolução 58, mas diminui para quatro dias. A gente tinha conversado com o Simão e em vez de aumentar, diminuiu um dia. Então, de novo, a Resolução 66 prejudica a gente: aumenta a sanção, diminui prazo, enfim, o que ele tinha combinado com a gente aqui, na hora de publicar a Resolução, publicou uma Resolução que nos prejudica mais ainda.

Pode passar para a próxima. Houve alteração para a Resolução 68, então, para quatro dias úteis, nos prejudicando mais ainda.

Pode passar. Resumo das nulidades da nossa Resolução 58, vício de origem, como eu já falei, a Amlurb não pode legislar, pode apenas regulamentar. Ela não pode exceder os limites de sua competência originária, invadindo a competência do Poder Legislativo, que é o que ela faz o tempo inteiro. Não cumpre a lei, quando atribui responsabilidade da destinação do resíduo ao transportador, quando a lei determina que tem de ser o gerador. A Resolução não põe o gerador. A Resolução não dá a opção de CTR para resíduos sólidos, impossibilitando o cumprimento da Resolução, quando as empresas pegam madeira e gesso. Ela não disponibiliza áreas suficientes para descarte, impossibilitando o cumprimento, porque as empresas estão tendo muita dificuldade para conseguir autorização para a abertura de ATTs.

A Resolução não disponibiliza áreas dentro do Município, onde ele deve administrar, conforme a legislação de que já falei e extrapola nas punições, criando punições que não existem na legislação federal.

Reivindicações. Então, vamos passar para o que a gente precisa pedir. Ricardo, por

gentileza, queremos um prazo de cinco dias úteis para a baixa no CTR, que é um prazo razoável. Queremos que sejam cadastradas no *site* da Amlurb ATTs suficientes dentro do Município. Por favor, disponibilizem essa possibilidade. Temos pelo menos 20 áreas implorando para se cadastrarem e a Amlurb fica colocando empecilhos, pedindo Alvará da Prefeitura, não existe o CNAE. Vereador Ota, não tem CNAE para a gente abrir ATT. Não existe, porque diz o CNAE que elas têm de entrar como usina e usina pega o MR-3, que causa impacto ambiental. E aí tem de passar pelos órgãos da Cetesb e demora cinco anos uma licença. E eles querem fazer o CTR agora. Não temos como entrar agora se eles pedem cinco anos para aprovar um Alvará, Vereador. Então, se eles fizessem, nós temos dispensa da Cetesb. Não criamos impacto ambiental. Temos dispensa da Cetesb, se eles mudarem na Resolução, em vez de exigir o Alvará de Funcionamento, exigir a dispensa de licença ambiental, como já temos, todas as áreas vão estar disponíveis e o pessoal vai poder trabalhar muito mais fácil. Próxima reivindicação: que as multas não tenham caráter de confisco. Vereadores, pasmem, o valor da multa é maior do que o valor da caçamba. Então, sabe o que eles fazem quando apreendem uma caçamba? Levam a caçamba lá. Tem um monte lá na Amlurb. Devem ter umas 200, 300 caçambas lá. Eles não vão retirar porque é mais barato comprar uma nova porque eles fazem uma multa maior do que o valor da caçamba. Então, que as multas não tenham caráter de confisco.

Que não haja, na resolução, punição de descredenciamento das empresas e isso propomos no Projeto de Lei 03/2016; que não haja apreensão, como já disse porque vocês extrapolam porque na Lei Federal não existe previsão de imputação de apreensão nem de caçamba e nem do próprio caminhão; que as empresas não sejam obrigadas a colocar a caçamba virada na contramão.

Esse assunto é muito sério e gostaria que os Srs. Vereadores prestassem muita atenção. Uma caçamba vazia pesa 600 quilos. Os nossos motoristas têm de colocar a caçamba na contramão por causa de um decreto municipal de algum inteligentíssimo que

resolveu que ela não pode ficar na mão que ela foi projetada pelo engenheiro mecânico que desenhou o caminhão e a caçamba. Ela não pode ficar na mão correta, ela tem de ficar na contramão. Por quê? Porque a parte baixa dela fica para mão do leito carroçável e na cabeça da pessoa inteligente que fez o decreto, eles acham que se um carro bater ali, aquela parte mais baixa pode entrar pelo vidro do carro, bater na cabeça e a pessoa morrer e, se vir ao contrário, é alto, não vai machucar.

Primeiro, se o cara bater em uma caçamba estacionada, ele ou está bêbado ou perdeu totalmente o controle da direção e quantas caçambas você já viu noticiada na televisão que houve acidente porque alguém bateu na caçamba parada? Eu nunca vi. Se vocês viram, avisem-me. Só que para proteger um motorista geralmente embriagado que uma vez na vida outra na morte vai bater em uma caçamba estacionada, eles mandam virar a caçamba e isso faz com que os nossos motoristas tenham de virar na mão 600 quilos cada vez que coloca uma caçamba na rua, Vereador.

Detalhe importante. Temos de torcer para nossos motoristas trabalharem pelo menos três meses na empresa porque no terceiro ele tá falando: “vou embora, não quero trabalhar com isso não, não estou aguentando de dor nas costas.” Se um motorista desse entra com uma reclamação trabalhista dizendo que tem problema na coluna e está inválido para o trabalho, ele quebra a empresa só de indenização por ser forçado um trabalho corporal maior do que o esforço que o corpo dele pode. Então, para privilegiar um eventual acidente que acontece uma vez na vida e outra na morte, cada um dos cinco, seis, sete motoristas de cada uma dessas empresas que viram essas caçambas na mão 10, 15 vezes por dia, eles são prejudicados por causa de acidentes que não acontecem. Então, é um absurdo essa exigência.

Como é um decreto municipal, foi sancionado na época pelo Prefeito José Serra. Nós pedimos, inclusive, tanto aos Vereadores quanto ao Ricardo Nunes que está aqui também representando a Amlurb, que faça um apelo ao Prefeito Fernando Haddad para fazer outro decreto municipal revogando essa parte porque é absurdo. Se houvesse a possibilidade de

chamar os direitos humanos, a Comissão de Direitos Humanos, eles achariam um absurdo eu exigir que de uma pessoa de 70 quilos virasse 600 quilos na mão 15 vezes por dia.

Detalhe importante, quando eles vão retirar essa caçamba cheia que ai já tem cinco toneladas, o caminhão tem de entrar na contramão porque a caçamba foi virada na mão e quando está com 5 mil quilos não tem ser humano que vire, tem de entrar na contramão de direção para poder retirar. Sabe o que a CET faz? Multa porque o cara está na contramão. Só que não tem como tirar de outro jeito, Vereador.

Tem cabimento o Poder Público exigir que eles entrem na contramão e o mesmo Poder Público está lá na espreita para multar.

Que haja um só cadastro entre inertes e sólidos e que as ATTs, fora do Município de São Paulo, também tenham de prestar contas a cada 30 dias da mesma forma que as nossas tem de prestar.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Gostaria de informar que a Dra. Adriana Janon, da Amlurb, da Diretoria de Gestão de Serviços, está compondo a Mesa.

Tem a palavra o Sr. Francisco Pereira Lima, da Associação Artesp.

O SR. FRANCISCO PEREIRA LIMA – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – O senhor combinou com a Dra. Silvia que ela faria um apanhado de tudo. Dra. Silvia, eu gostaria de passar a palavra ainda para a senhora sobre o Projeto de Lei 3/2016. Gostaria de saber se está contemplado nos pedidos da senhora e da sua categoria.

A SRA. SILVIA – Sim.

Também temos aqui o PL 3/2016, que já foi votado em primeira, e pedimos que os ATTs e os aterros da Prefeitura recebam 100% de todos os desjeitos da construção civil independente de volume. Deverá ser assegurada também a autorização para operação das áreas de ATT, que é o que acabamos de falar, que sejam autorizadas sem a burocracia que a

Amlurb coloca hoje; que o gerador responda pelo posicionamento da caçamba, que às vezes eles colocam a caçamba na calçada, viram a caçamba do jeito que querem e nós é que somos penalizados e que também sejam responsabilizados por irregularidades de tipos de resíduos e volume acima do permitido que eles coloquem na caçamba; que os transportadores deverão utilizar – renovar seus cadastros não anualmente, mas a cada três anos; que os transportadores da construção civil possam emitir o CPR eletrônico para cada viagem por meio de caminhão basculante e por meio de caçambas estacionárias a possibilidade e, em caso de desistência do gerador, desde que a caçamba já tenha sido disponibilizada, que possa ser cancelada; a emissão do CPR eletrônico poderá ser feita também manualmente em caso excepcionais sem prejuízo da aplicação das sanções. Nós tiramos aqui a caducidade para que vocês não percam as suas empresas quando vocês estiverem operando.

A expedição de autorização para implantação e operação das áreas de triagem e transbordo por pessoa jurídica fica condicionada a apresentação do auto de funcionamento ou autorização da municipalidade ou dispensa de licença ambiental.

São praticamente as nossas reivindicações colocadas no PL que já foi aprovado em primeira nesta Casa e com a apresentação de um substitutivo que será feito na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Desculpa, Lima.

Lima, com a palavra.

O SR. FRANCISCO PEREIRA LIMA – Cumprimento a todos e a todas. Eu não conheço todos, mas todos já me conhecem. Fico feliz - e vocês nos deixam mais fortes - ao ver a presença de vocês em três audiências públicas, e esta é a terceira. Vocês é que nos dão forças, é que nos movem para que possamos nos ajudar.

Como vocês, também tenho uma empresa de caçamba, por isso entendo a situação. Encontramos aqui pilares muito fortes, como o Vereador que está presidindo esta sessão; mas também não podemos esquecer de todos os outros que formaram a Comissão. O Vereador Alfredinho é nota dez, batalhou demais por nós. Além dele, o Vereador Ricardo

Nunes, Vereador Vavá, Vereador Gilson Barreto, que este na outra Comissão e todos os Vereadores desta Casa. Temos um projeto de lei que nos beneficia, que está sendo analisado e que já passou em primeira votação. Irá para a segunda votação e depois para a sanção do Prefeito. Acredito que o Prefeito seja um homem inteligente. Já tivemos duas reuniões com ele muito produtivas.

Acabei não cumprimentando os membros da Mesa. Cumprimento o Dr. Ricardo Brandão, Presidente da Amlurb, com quem estivemos ontem, e nossa solicitações, se ele não atender todas, pelo menos está tentando. Cumprimento o Barbosa, Presidente do Sindicato dos Basculantes, que atendeu à nossa solicitação. Cumprimento o Presidente Jorge, que está aqui representando o Cargas Próprias. Quando precisamos, eles estiveram junto conosco, inclusive naquela manifestação que deu origem a tudo isso que a gente está vivendo hoje. também agradeço ao Comando da GCM, que está presente. Ontem estivemos com a Adriana, ela é uma pessoa muito inteligente, sabe o que está fazendo e do que está falando. Ela está auxiliando o Dr. Ricardo Brandão. Cumprimento também o Vereador Ota, que não veio em outras audiências, mas hoje está presente junto com o Vereador Jonas para lutar por nós junto aos Vereadores.

Do pessoal que está aqui hoje, eu gostaria de saber quem é do ramo de caçambas estacionárias e quem é o ramo de caminhão basculante. Por favor, levantem a mão primeiro o de caçambas estacionárias (pausa), depois e de caminhões basculantes (pausa). O Vereador Jonas falou com o Jilmar Tatto, e conseguimos uma grande vitória. Vocês sabem da dificuldade que temos para passar nas marginais. Essa reivindicação não atingiu os caminhões de caçambas estacionárias, mas ajudou bastante quem tem caminhões basculantes, cujos motoristas ganharam 2 horas. Antes, só podiam rodar até as 16 horas nas Marginais, como vocês sabem, hoje podem rodar até as 18 horas. Antes só podíamos voltar às 22 horas, agora podemos voltar às 21 horas. Isso foi uma luta do Vereador Jonas Camisa Nova, que atendeu a uma solicitação da nossa categoria e falou com o Jilmar Tatto. E o Jilmar, que tem uma

consideração muito grande pelo Vereador Jonas, atendeu de pronto essa reivindicação.

Pela conversa que tive ontem, não é que hoje estou aqui para rasgar seda para a Amlurb; mas, na figura do Dr. Ricardo Brandão e da Dra. Adriana, ontem ele nos atendeu em nome de vocês – e quando falamos, não é em nosso nome nem para nosso benefício, mas das nossas empresas e da nossa categoria – com muita sabedoria durante 4 horas. Ele disse: “Lima, já estou atendendo aqui, não vou nem falar que já está pronta a Resolução 58” - que sou contra, assim como todos nós, porque impunha muitas dificuldades para a nossa categoria –“ela está sendo modificada e está se criando um novo decreto”.

O Dr. Ricardo está tentando atender a todas as nossas reivindicações. O CRT Eletrônico será implantado em São Paulo, mas ainda demorará um pouco. Uma das solicitações muito importantes, a Dra. Silvia já falou, é referente aos 4 aterros em São Paulo, que estamos reivindicando como destino final. E as ATTs estão sendo complementadas dentro do projeto de lei, que já foi votado. Isso é muito importante para todos nós. Todos sabemos, não adianta esconder, que todos têm um pequeno transbordo, que hoje será transformado, com a flexibilidade, em ATT. O Dr. Ricardo já entendeu isso. É uma solicitação muito legal para a categoria. E os quatro – há 3, terá mais 1, nas zonas Sul, Norte, Leste e Oeste – são para que essas ATTs tenham lugar de descarte regular, destino final. Isso será uma coisa boa para todos vocês. Eu gostaria até que vocês se manifestassem a respeito disso, com palmas ou de outra forma. (Palmas)

Também eu não poderia deixar de falar dos basculantes. O Presidente da Apemat é meu amigo. Na outra audiência pública, ele estava na Mesa. Para esta audiência pública, ele foi convidado, assim como o Clodoaldo, mas eles não estão aqui. Eu tenho uma solicitação de 3 anos atrás: o caminhoneiro, para transitar na Cidade, é preciso que as caçambas sejam padronizadas para 12 metros. Isso é um pedido dos caminhoneiros de basculantes, que trabalham especificamente na área do transporte de terra de fundações. A gente que vai utilizar o basculante para o transporte do entulho, que é leve, vai continuar – e peço para o Ricardo

entender isso – como está. O caminhão vai ser do tamanho que a pessoa quiser, porque são caminhões que vão carregar papel, madeira, coisa leve, e não podem ter uma caçamba de 12 metros, senão não vão conseguir transportar nada. Então, é específico para fundações de obras. Acho que vocês devem estar de acordo com isso. Porque, se vai ser implantado um CTR Eletrônico, que seja feito da forma correta. O Prefeito entendeu isso, o Dr. Ricardo Brandão também entendeu isso; a Diretora também já entendeu isso. Eu acredito que a gente está no caminho certo e seremos contemplados. Obrigado a todos. Desculpem, tenho muita coisa para falar, seriam necessários uns 20 minutos, mas já passei dos 15. Tudo bem para vocês e muito obrigado.

- Aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Eu gostaria de informar que esse PL tem como coautores os Vereadores Adilson Amadeu, Ricardo Nunes, Gilson Barreto, Jonas Camisa Nova, Vavá, Alfredinho e Nelo Rodolfo, que não estão presentes porque estão participando de outras reuniões de Comissões desta Casa. Em nome desses Srs. Vereadores, peço desculpas pela ausência, mas não faltarão oportunidades para que possam lhes agradecer o grande trabalho que estão desenvolvendo. Inclusive eu teria que estar agora na Comissão de Segurança, mas estou presidindo esta audiência.

Passo a palavra ao Sr. José Barbosa.

O SR. JOSÉ BARBOSA – Bom dia a todos os senhores e senhoras. Represento a categoria dos trabalhadores de caminhões basculantes do Estado de São Paulo e agradeço à Mesa por me dar a oportunidade de dialogar sobre essa CTR que causou vários problemas. Os trabalhos já começaram, mas não sabemos como vão terminar. Como estamos debatendo com gente inteligente, creio que, em breve, vai ser resolvido.

Tivemos muitos problemas com os bota-fora do passado, como temos até hoje. Comentei com o Manuel Vitor, do setor da Prefeitura, que antigamente havia a facilidade dos bota-fora. Conversei sobre isso antes também com o coronel lá da CET, do DSV e estive

conversando com a advogada de um setor da CET, e existe uma dificuldade muito grande de aglomerar esse grande número de pessoas na CTR Eletrônico para poder fazer o descarte desse material. Ouvi a proposta da doutora e vai ser obrigado a ser refeito.

Sobre o problema das caçambinhas, está sendo uma dificuldade terrível botar caminhão na contramão, as localidades específicas. Enfim, quem, como eu, é motorista de caminhão basculante, sabe que isso existe há muito tempo. O Lima sabe do que eu estou falando porque me acompanhou nas correrias. Procurei, portanto, fazer como foi feito. Primeiro foi a questão da exigência da Prefeitura com a licença específica na época do Kassab, aquela proibição, orientar caminhão no centro da Cidade e tal. O sindicato – o Jorge; o vice-presidente, nosso amigo e companheiro Edson – dos caminhões basculantes trabalhou nisso. Estamos apreciando o trabalho porque somos do setor do transporte. Terraplanagem, comércio, escavação, troca de solo, pavimentação, rodovias, vias. Depois que fazemos as vias e rodovias e preparamos tudo, os caminhões não podem mais trafegar; só podem trafegar para fazer, mas depois não podem trafegar mais. Isso é injusto. Creio eu que o caminhoneiro e o caçambeiro têm o direito de trafegar numa via, e os guardas têm que respeitá-los quando forem pará-los, porque são eles que abastecem a cidade de São Paulo. Apesar de hoje só fazer terraplanagem, sou caminhoneiro desde 1971.

Já fui agredido por guardas, que quiseram me prender.

Vocês estão de parabéns. Estou acompanhando o trabalho e, se for preciso fazer um trabalho em conjunto, estaremos juntos.

Agradeço a todos a atenção.

Até a próxima e muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Anuncio a presença do Vereador Adolfo Quintas.

Tem a palavra o Sr. Jorge de Melo.

O SR. JORGE DE MELO – Bom dia a todos. Sou diretor do Sindicato dos

Condutores de Cargas Próprias de São Paulo, que representa os motoristas da indústria, do comércio e da construção civil.

Estou aqui para apoiar as empresas, mas como representante do trabalhador, porque, como a própria doutora disse há pouco, os trabalhadores são penalizados no dia a dia pelo motivo de terem que trabalhar na contramão para carregar e descarregar a caçamba. Essa multa, quem pode pagar é a empresa, mas a pontuação da multa vai para a habilitação do trabalhador, que pode perdê-la por excesso de pontos. Isso pode ser encarado como negligência no trabalho, e ele pode a vir a perder seu emprego. Sem falar, como a doutora também explicou, do excesso de peso. Recebemos diariamente reclamações de trabalhadores em relação ao excesso de peso.

A mesma coisa acontece com as concreteiras: um caminhão de concreto para de uma forma e o caminhão-bomba, que vai descarregar o concreto, para na contramão. Vem a CET, multa o trabalhador; a multa vai para a empresa, mas a pontuação vai para a habilitação do motorista. Quer dizer, o trabalhador é penalizado no dia a dia.

Como essa situação nos incomoda, estamos aqui apoiando as empresas no sentido de achar uma solução para esse problema. Vocês, como empresários, são penalizados com as multas, mas, se não houver caçambas, os empregos vão diminuir, e vocês vão ser obrigados a demitir, porque não vão conseguir manter uma empresa dessa forma, com excesso de multas. “Nós, do Sindicato dos Condutores de Cargas Próprias, está aqui para acompanhar esse processo e para dar todo o apoio a vocês, como já demos no começo, quando a implantação da lei do Kassab”. Nós estávamos juntos com o Lima e com o Barbosa. A primeira paralisação feita na Marginal foi com o nosso caminhão de som e com o nosso pessoal ajudando a coordenar e organizar para conseguirmos abrir aquele horário de restrição, que foi o que conseguimos com o Secretário de Transportes, na época, o Alexandre de Moraes.

Continuamos juntos com vocês para o que for preciso. Podem contar com a gente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Jorge, por favor, componha a Mesa também.

Tem a palavra o Sr. Carlos de Oliveira, da Pedra Verde.

O SR. CARLOS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Vou começar pela parte boa. Sou do Conselho de Meio Ambiente do Campo Limpo em Defesa das Águas; trouxemos alguns outros conselheiros da região do Jardim Ângela e do Campo Limpo, do Padre Jaime.

Eu vou ler um trecho de 2009, quando o Sr. Francisco Pereira Lima apareceu lá no grupo do GOV, do Ministério Público, para fazer a reclamação do que estavam sofrendo.

O Presidente do Sindicato de vocês, o Siresp, em 2009, colocou no documento o seguinte: “Considerando ser urgente que os aterros passem a ser locais indicados para descartes de caçambas. Os aterros e as ATTs deveriam obrigatoriamente ser o local de destino do material das caçambas e cobrar o preço que fosse pela triagem do material e destinação final. O preço para tal deveria ser cobrado condizentemente com a realidade dos custos e não aquilo que se pratica atualmente, preços subsidiados pela Prefeitura onerando injustamente aquele contribuinte que não faz obras. Não consigo imaginar que chegaremos a uma solução efetiva enquanto for ignorada a realidade que ocorre. Imaginar-se que alguém dará um jeito de sumir os materiais... Aí ele conclui, recebidos nos aterros e ATTs de nossa Cidade é no mínimo uma terrível omissão perante a realidade do enorme problema que existe. Se quisermos solucionar os problemas de descartes clandestinos deveríamos imediatamente definir no mínimo para onde o caminhão deve ir ou retirar a caçamba do chão”.

Esse é um documento de 2009. Estou na Comissão de Meio Ambiente da Câmara desde 2005. Pessoal, sou do Conselho e nós trabalhamos quatro anos para licenciar uma usina a um custo de dois milhões trezentos e quarenta mil. Usamos todas as forças sociais, desde o Padre Jaime à zona Norte, da Câmara à Assembleia, do Ministério Público à Polícia Civil, porque para montar uma usina em São Paulo não se pode começar conversando com aqueles que dizem que você sabe o que está fazendo. Quem tem de levar o que vocês sabem

que estão fazendo são vocês. É a segunda ou terceira vez que venho aqui falar, o próprio Presidente da Associação de vocês não tem noção do que nós do Conselho de Meio Ambiente passamos com as reclamações que fazem. E o próprio Sindicato está aqui.

Então hoje se a zona Sul tem uma usina com aterro e alguém é contra é um problema particular dele, mas era uma demanda do sindicato que representava vocês já naquela ocasião. Mas quando ele tira daqui o compromisso da Prefeitura de encaminhar os subsídios, como Conselheiro, diria que é muito legal desde que esse subsídio fosse para as cooperativas, para as associações e ONGs que na região já fazem o trabalho.

E hoje essas associações e ONGs estão todas abandonadas e nosso dinheiro público indo para a Lei Rouanet, para o FEMA para inaugurar outros projetos. Temos de parar porque a questão de Meio Ambiente diz respeito à nova geração. Tenho um filho especial autista e quero muito levá-lo ao Parque Santo Dias, mas hoje estamos com um projeto na Siurb – foi dito aqui – que não cortaria o Parque Santo Dias. No dia 28 de novembro do ano passado licitaram a obra cortando dois mil metros do Parque Santo Dias. Até agora não houve nenhuma manifestação, nem da GCM Ambiental, nem da Polícia Civil Ambiental, nem da Polícia Militar Ambiental e muito menos desta Casa.

Por quê? Porque esses contratos são feitos e as pessoas não tem acesso, não há transparência e clareza do que está lá. E quando vamos falar com o técnico ele diz assim: faremos modificações no decorrer das obras. Acho que hoje vocês realmente estão com a oportunidade de se aproximar um pouco mais das associações, porque o Sindicato de vocês não quer dinheiro para ajudá-los a descartar em nenhum dos três que a Prefeitura tem convênio.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Nivaldo, do Planeta Limpo.

O SR. NIVALDO – Primeiro, cumprimentar a figura do Dr. Ricardo Brandão. O colega falou do subsídio. O subsídio é uma coisa que não aparece para nós. Uma caçamba,

quando vou descarregar lá em Taquari (?), a gente paga, em média, de 80 a 100 reais, uma caçambinha de 4 metros cúbicos. Eu levo um caminhão basculante com cinco caçambas em cima e pago 80 reais no mesmo de Taquari. Eu tenho contrato particular. Então onde está o subsídio? Não consigo ver.

Fui abordado recentemente: arma na cabeça, mão para cima, me revistaram totalmente. Eram mais ou menos uns 12 pessoas da Guarda Civil Metropolitana, mais o pessoal da Amlurb. O meu caminhão é verde, e eles estavam em busca de um caminhão azul. Falaram que era eu que jogava lá na Tiquatira (?) as coisas; e eles com a fotografia do caminhão. Eu falei: “Olha, se vocês quiserem, eu levo vocês lá onde está o caminhão e onde essa pessoa mora. Eles falaram apenas o seguinte: “Eu só posso pegar o caminhão andando”. Eu falei “vocês não vão pegar nunca, porque o caminhão só trabalha à noite; esses caras, bandidos, só trabalham à noite, não trabalham de dia”. Então essa é a minha colocação, porque isso está muito desagradável. Vocês nos abordam como se fôssemos bandidos, e nós não somos bandidos. (Palmas) Esse negócio de arma na cabeça está por fora. Prestem atenção nisso aí. Ele falou assim: “Eu tenho que fazer isso porque eu não sei quem está do outro lado”. Eu falei também: “Eu também não sei, porque bandido usa farda também”.

É isso. Muito obrigado. (Palmas)

P – Tem a palavra o Sr. Hélio Júnior.

O SR. HÉLIO JÚNIOR – Bom dia a todos. Eu sou da região do Ipiranga. Hoje, se eu tiver duas caçambas no Ipiranga é muito. Agora, quanto aos clandestinos, tem um monte. Todo dia, próximo à minha firma, tem entulho jogado no chão, na rua. Todo dia a Prefeitura vai lá e limpa. Se eu puser uma caçamba ao contrário, a Amlurb vai lá e multa. Eu tenho que ter 16 faixas na caçamba, estar em ordem, senão levam a caçamba presa. De clandestinos lá está lotado; todo dia passa, e ele é meu concorrente. Eu emito nota fiscal, pago os impostos, e não consigo colocar uma caçamba no Ipiranga. Liga para a fiscalização da Amlurb, e o fiscal lá que atende fala para a gente ligar para um 156, e o 156 diz que em 30 dias vai lá. Outro dia eu

coloquei uma caçamba, um tempo atrás, no Taboão – que eu esqueci de Taboão era município de São Bernardo. Eu coloquei umas 9h, meio-dia eles tinham levado a caçamba. O próprio caçambeiro de São Bernardo ligou para a fiscal de São Bernardo: “Eles me levaram a caçamba”. Por que aqui em São Paulo não conseguem isso daí?

Outra coisa, os ecopontos, além da crise nossa, os pedreiros, o que estão fazendo? Pegando os entulhos e ensacando todo dia para levar no ecoponto. Tem um condomínio lá próximo à minha firma, com uns três prédios, e o pedreiro trocou o telhado inteiro e levou no ecoponto. Isso daí é uma despesa para a Prefeitura, que podia investir em saúde, em educação. Por que não é cobrado? Pega uma placa do carro, ele vai, paga uma taxa em qualquer Caixa Econômica, cobra lá 200 reais? Certo?

Seria mais isso daí que que queria falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova - DEM) – Obrigado.

Sr. Edmilson, três minutos regimentais.

Três minutos regimentais.

O SR. EDMILSON - Bom dia a todos da Comissão.

Dr. Ricardo, o senhor percebeu então aí o problema que o senhor está assumindo junto com a gente, não é?

Oh, rapaz, vamos voltar para o nosso assunto, que nós somos poleiros, caçambas, não é? É plausíveis, vários problemas que estão sendo trazidos. O rapaz da CTR tem ligado para nós e nos pressionado a usar a CTR eletrônica, e o que que está acontecendo? A CTR eletrônica, a gente só vai emití-la a partir do momento que o senhor determinar que tem de usar ou que não se vai usar.

Ele está usando o argumento de que, lá em Jundiaí, isso funciona. Jundiaí é um ovo, representa um bairro de São Paulo. São Paulo é a quarta ou quinta - não sei - maior cidade do mundo. Terceira? Obrigado, Doutora.

O que acontece? Eu anotei meu nome lá, mas várias coisas foram colocadas. Eu

gostaria que o senhor - o senhor -, que é da Amlurb, nos permitisse. Eu sou um dos que têm resíduos sólidos, mas, com meu caminhão, tenho de pegar uma caçamba e levar lá em Diadema, de gesso. Tenho de levar madeira que, graças a Deus, a UVR já está aceitando lá o papel. Tem cabimento? O preço do litro do diesel, levar uma caçamba para cada lugar? Eu gostaria que me mostrasse aqui quais são as duas ATTs em São Paulo. É de São Paulo que estou falando. E que estejam funcionando, que eu não sei. Porque, quando peço essa documentação, a construtora não me aceita.

Outra coisa: como que posso levar, como ele acabou de citar aqui, o meu material lá, se a minha construtora, e eu pago um preço alto para ter um caminhão nos resíduos sólidos, ficar parado na minha garagem. Por que só exigem de mim isso? Aí o que tenho de fazer? Se a minha construtora fizer uma obra em São Bernardo, Diadema ou Guarulhos, não posso pôr caçamba lá. E como que tenho de levar o meu material para descarregar lá?

- Aplausos na galeria.

O SR. EDMILSON - Ou o UVR Grajaú aceita tudo, porque eu só levo o meu material para lá. Só não levo o gesso - o José Lorenson (?) está aqui, parece. Só não levo o gesso, porque a Dra. Silvia já mencionou que parece que eles não têm essa licença ainda, mas estão providenciando.

Agora, me diz qual outro... Eu trabalho na zona Sul, não trabalho na zona Leste, não trabalho... Eu trabalho na zona Sul. Tenho de levar meu material para onde? Se eu não posso atravessar a Cidade, tenho de levar para...? (Ininteligível) UVR Grajaú, não é isso?

Outra coisa: pesa no nosso bolso...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova - DEM) - Conclua, por favor.

O SR. EDMILSON - Pesa no nosso bolso eu tirar uma caçamba. A ATT cobra por caçamba; UVR Grajaú cobra por tonelada, que já é caro para nós. Então tenho uma vantagem de levar uma caçamba mista para lá, ao invés de levar para a ATT.

Outra coisa: foi mencionado aqui, nós temos foto disso, nós pagamos nossos

impostos para a Prefeitura recolher lixo. Estão virando entulho dentro de caminhão da Prefeitura - porque chegou aqui no meu celular, no grupo -, em certas vielas, jogando entulho dentro dos caminhões da Prefeitura. Esse dinheiro sai do meu bolso, dos meus impostos.

Outra coisa: a ATT, eu vi minicaminhão e caminhonete, debaixo da Água Espreada, num ecoponto que tem lá, descarregando uma caminhonete que equivale a uma caçamba. Então isso tem de ser monitorado por vocês, porque esse ecoponto é dinheiro nosso também. É dinheiro nosso que paga por esse entulho que é jogado e descarregado lá, por tonelada.

Então gostaria que o senhor - não sei se é o senhor interligado com Prefeitura -, estou reivindicando juntamente. O meu imposto está sendo mal distribuído, estou pagando para esse pedreiro que está levando isso lá em grande quantidade, ao invés de pedir uma caçamba.

E outra coisa, que é a última, que eu vou finalizar: eu gostaria que o senhor liberasse os caminhões de resíduos sólidos para poderem entrar nos bota-foras como (ininteligível) e Grajaú. Não posso ter um investimento de quase 200 mil reais, guardado na minha garagem só para resíduos sólidos, ter que levar uma caçamba em Diadema, outra em qualquer ponto.

Então, resumindo, nós queremos o CTR eletrônico, tenho todos os interesses possíveis de que funcione, porque têm pessoas tirando caçamba a 220, 200 reais, virando na garagem, dentro de caminhão. Eu poderia comprar um, entendeu? Eu sou a favor do CTR, mas sou contra ele funcionar hoje... não tem como funcionar o CTR em São Paulo.

Outro pedido que fiz ao senhor, o rapaz que falou do peso do caminhão andar na malha do asfalto. Por que eu tenho de chegar ao bota-fora e descer uma caçamba no chão, porque as duas caçambas dão excesso de peso. Se eu chegar com um caminhão, toco no bota-fora, ele dá dez toneladas e o meu motorista tem que descer uma no chão, entrar com uma e depois entrar com a outra. Agora, as carretas podem circular com 200 mil toneladas por

São Paulo? Que lei é essa que só funciona para nós? (Palmas)

É batendo pesado? Não é batendo pesado. Estamos sendo tachados de bandidos. Pagamos todos os impostos possíveis, até pezinho do caminhão? São umas coisas assim absurdas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Vou ter de entregar o salão daqui a pouco.

Tem a palavra o Sr. Valdir Pereira Nunes, do Cades Campo Limpo.

O SR. VALDIR PEREIRA NUNES – Bom dia a todos.

Na verdade, a questão que estamos falando muito com o Carlão e até no empenho de estarmos no Cades Campo Limpo e na zona Sul, em M'Boi Mirim é justamente essa: as pessoas que de fato fazem o trabalho pesado, sujo, e que trabalham pelo meio ambiente, sejam catadores, sejam caçambeiros, cada vez mais vêm sendo recriminadas. A Amlurb e outros segmentos da própria Secretaria do Verde e tudo mais pouco têm interesse. E aí a questão é: o que são feitos com os recursos do FEMA? Por que não se faz um trabalho, seja de capacitação, seja mesmo de reinserção de algumas pessoas, principalmente da região de Campo Limpo e Jardim Ângela? Temos problemas seríssimos com essas pessoas que estão excluídas e só são penalizadas. Por exemplo, quando eu coloco, já estou vendo aqui, tem CTR eletrônico, daqui a pouco será o *chip* para monitorar esse controle. E daqui a pouco será a tornozeleira, pois já está sendo incriminado, condenado. Então, todos vamos andar com os caminhões ou com as tornozeleiras do lado para sermos monitorados, sendo que de fato não são essas pessoas, não são os catadores, não são os recicladores, não são nada e a Amlurb infelizmente é cega para isso.

Dinheiro nós temos no FEMA, mas que são feitos, como foi da Funad, como estão acontecendo agora projetos, que não têm repercussão, não têm inserção na comunidade. Então, falta uma integração dessas ações. Infelizmente quem faz o trabalho sujo hoje da Cidade, quem está fazendo o trabalho pesado são os catadores, que são excluídos nesse

Governo pela política nacional de resíduos sólidos. Não é dada a inserção dessas pessoas. Temos um trabalho com algumas pessoas, que muitas vezes são dependentes, muitas vezes têm situações de alta vulnerabilidade social, mas isso não é visto. E nós sabemos muito bem que o (ininteligível) escreveu o livro sobre os bilhões que vão para o lixo. Isso se fosse de fato para a questão de reversão, mas infelizmente não tem sido feita a repercussão, mas sofremos na mão para conseguirmos fazer ação que seja no meio ambiente. Se for institucionalizada, porque quer queira ou quer não, essas ações são feitas no dia a dia, ou seja, nos parques, nas escolas e tudo mais.

Infelizmente é isso o que queremos. Não estamos tendo a repercussão, ou melhor, não estamos tendo o apoio – repercussão sim, mas apoio, nenhum – pelo contrário, muitas vezes somos até repreendidos em detrimento das empresas de lixo, as grandes, a Soma e tudo mais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – O Clodoaldo é administrador de um parque público e recebeu entulho reciclado para pista.

Tem a palavra o Sr. Clodoaldo.

O SR. CLODOALDO – Bom dia a todos.

Eu sou da Secretaria do Verde e quero cumprimentar os componentes da Mesa. Adriana, tudo bem?

Eu estou no Parque Santo Dias, no Capão Redondo. Junto com o pessoal da Pedra Verde, o engenheiro Carlos, a gente fez um experimento de receber o entulho reciclado da Pedra Verde. O nosso parque tem uma pista de solo pedrisco e a Prefeitura não está tendo recurso pra comprar pedrisco. Então esse entulho reciclado, que foi levado por caçambeiros pra Pedra Verde e reciclou esse entulho, serviu pra gente estabilizar o solo. É alternativa que diminuiu muito o custo da Prefeitura, como um todo, pra fazer piso, quadras ou qualquer estrutura de concreto que possa economizar na conta do pedrisco.

Faço um apelo – sou engenheiro florestal – e ouvindo vocês falarem, lembro-me de

um exemplo muito interessante. Toda vez que a gente tentava defender a natureza, a gente tinha o caçador como inimigo. Os caçadores quando conscientizados, como vocês, são os melhores para trabalhar com ecoturismo porque ele conhece a mata, está no dia a dia naquele local. O caçambeiro, o reciclador de rua, essa pessoa individual, são as melhores pessoas pra ser parceiro do meio ambiente, são pessoas que podem dar solução. São pessoas que estão tendo problema com as leis, temos facilidade e taxar, de criar leis que multam. Talvez o Legislativo tenha de entender, sentar e pensar a melhor maneira de tornar viável o processo de reciclagem de entulho sólido. Todos vão ganhar, todos. E os Vereadores que aprovarem essa lei, que encontrarem a matemática para equacionar que todos ganhem, vão ser lembrados pra sempre. Como falaram, somos a terceira maior cidade do mundo, temos de dar exemplo para as outras.

A conclusão é que o que puder ser feito em parceria também com os órgãos da Prefeitura, como nós da Secretaria do Verde, pra gente também estar juntos nas decisões, pra gente também pensar em todo circuito do entulho porque um dos cinco problemas maiores da periferia é o descarte irregular de entulho pelas ruas, esquinas, vielas.

É isso aí.

Bom dia a todos!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - A última pessoa inscrita é A Sra. Simone.

A SRA. SIMONE – Bom dia. Quero agradecer ao Vereador Jonas por ter pedido esta audiência, a gente precisava muito. Agradecer a todos que compõem a Mesa, todos os Vereadores que estão envolvidos com o nosso projeto de lei, Vereador Ricardo Nunes.

Quero dizer a todos que esse projeto de lei foi feito por cada um de vocês, foram feitas duas reuniões com todos os empresários, participaram mais de 400. Nos itens colocados foi falado principalmente sobre os problemas do dia a dia do empresário, tudo que acontece no

dia a dia.

Está colocada aqui uma coisa que não é absurda, que pode ser cumprida tanto pela Amlurb quanto pelos empresários. Conversei bastante com o Ricardo Brandão e com a Adriana. Eles puderam então entender que faz um ano que estamos nessa luta e agora sim eles podem entender como mudar isso para ajudar não só a categoria como também a cidade de São Paulo, o meio ambiente. Ouço uma pergunta há um ano, e assim, não consigo responder, queria responder hoje. Adriana, ontem você fez essa pergunta pra mim: como vocês fazem hoje? Sabe como a gente faz? Todo dia de manhã a gente pede a Deus, até quem é ateu pede a Deus, que o motorista consiga sair, entregar a caçamba. Que o gerador, pequeno ou grande, que está desinformado porque não tem ninguém, a Globo não passa na televisão a responsabilidade também do pequeno gerador. Ficamos pedindo a Deus pra ele não jogar um gato morto, gesso dentro da caçamba porque depois a gente não pode retirar. A gente também pede a Deus pra ele não passar o excesso porque a gente não pode retirar.

Resumindo tudo que a doutora falou porque tudo que ela falou foi tirado de cada um de vocês, vocês sabem bem disso. Tudo que é postado no grupo, a gente passa num papel e repassa pra doutora estar falando aqui e fazendo as nossas reivindicações.

Referente aos dois cadastros, tudo isso é absurdo, mas pensem bem: você tem um caminhão na empresa e tem a caçambinha branca e a azul. Aquele caminhão cadastrado no resíduo sólido, ele não pode. O seu próprio caminhão não pode pegar a sua caçamba branca porque na branca tem de ser só entulho e na azul todos os outros materiais da construção civil. É como pegar uma maçã, dar pro seu filho e falar: você pode comer, mas só com a mão direita, com a mão esquerda você não pode pegar na maçã. Isso não existe! Como é que você vai comprar um caminhão, pagar 200 mil, você tem a sua caçamba, e se um GCM pegar a sua caçamba em cima do seu caminhão, será que você está cometendo um crime? Isso não existe, tá, Ricardo?

Gostaria que você verificasse também na próxima resolução o que o Seu Lima

falou: como pode unificar um equipamento? Um caminhão não leva só terra, ele leva algodão, madeira. Então a tonelada da terra é um volume; tonelada de algodão é outro, não posso diminuir os caminhões.

Quero agradecer o Vereador Jonas por ter convidado o comando da GCM. Esse foi um pedido em peso de toda categoria. Todos queriam muito conversar com o comando da GCM. Vou contar um problema, mas há muitos outros. Aconteceu um CGM, duas horas da manhã, pegou um caminhão do caçambeiro e pra ele a caçamba estava com excesso. Ele viu lá e achou que estava com excesso, e duas horas da manhã. Deixou sua família em casa, e ninguém vai trabalhar à toa às duas da manhã. Deixou os filhos em casa, pra sustentar sua família, e o CGM falou assim pra ele: acho que a sua caçamba está com excesso. Inclusive tiraram foto. Eu apresentei na Amlurb para o Marcelo, que hoje não está mais lá, naquele momento estava, e eu perguntei: essa caçamba está com excesso? Ele falou: não. Eu falei: pois é, o CGM fez o motorista voltar a pé, prendeu a caçamba, prendeu o caminhão e o motorista, às duas da manhã, voltou a pé.

Por isso é que a gente convidou vocês pra tratar dessa situação muito difícil, eles sofrem nas ruas. Não estou falando dos bandidos, os bandidos têm de ser punidos, mas antes de punir é tentar verificar a situação.

Muito obrigada pela presença de vocês.

Em primeiríssimo lugar, quero agradecer todos que ouviram as associações e que estiveram aqui presentes: muito obrigada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Gostaria de anunciar a presença do nobre Vereador, que faz parte da nossa luta, do dia a dia, inclusive da de vocês, caminhoneiros, que nos ajudam muito, mexem com transporte também, o nosso querido amigo Abou Anni. Também Adolfo Quintas que esteve aqui e é solidário com a nossa luta.

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Brandão. (Pausa) Ricardo, preciso de três minutos.

Vou passar para o Agapito porque aí suspendo a sessão, abro a outra e passo a palavra em seguida, pode ser? (Pausa) É que nós temos horário regimental.

O SR. AGAPITO MARQUES – Vereador, primeiro, eu agradeço o convite para estar presente, e em seu nome cumprimento os demais membros da Mesa, também parabenizar os presentes porque isso é democracia, é estar aqui e reivindicar direitos.

Não vou responder as perguntas feitas de modo individual, vou responder de forma global. Vou tentar incluir todas as demandas aqui trazidas.

Primeiramente, uma informação ao colega do sindicato referente a bomba das concreteiras, elas têm sim autorização pelo Código Nacional de Trânsito para permanecer na contramão. Não há multa pra elas. Como ele passou informação de que há multa, no caso das concreteiras, o caminhão bomba pode estacionar na contramão, não tem multa. Essa é uma informação pra não ficar de maneira errada.

A Guarda Civil, ela tem convenio com Amlurb, desde 2011, pra fiscalizar o transporte irregular de resíduos sólidos, irregular! E também o descarte irregular. A gente fiscaliza alguns artigos da lei 13.478, são alguns artigos, não são todos. Os guardas foram orientados, treinados pra isso. A gente faz a parte de fiscalização administrativa. Se houver descarte em área de proteção ambiental, é crime ambiental, é outra coisa. Só pra avisar vocês que a questão é administrativa, não se lida com crime, não estamos tratando com criminosos.

Outra coisa em relação à abordagem, a Guarda tem protocolo de atuação. Antes de nós sermos porque, hoje, temos dois papéis: um papel de polícia propriamente dita, para o qual a Guarda foi criada; e através do convenio junto com a Amlurb, a gente faz o papel de fiscal. Então o Guarda antes de ser fiscal, ele é policial. Ele precisa tomar conta da segurança dele, em primeiro lugar, verificar se está tudo ok e depois fazer a fiscalização. Durante essas abordagens, claro, ele vai atuar como policial, vai fazer a abordagem sim, e vendo que está tudo ok, ele vai atuar como fiscal. Claro, se houver a abordagem e houver abuso por parte do nosso agente, a gente tem a Corregedoria, podem nos procurar pessoalmente.

Você falou de Arthur Alvim, em Arthur Alvim é a unidade Cangaíba, a nossa unidade na Zona Leste está dentro do Parque do Carmo. Podem fazer uma visita pra nós, teremos o maior prazer de receber o senhor. Se houver algum abuso, a Guarda apura. Todas as denúncias que são trazidas são apuradas. E se no final for constatado que houve falha do agente, ele será penalizado. Não passamos a mão na cabeça de ninguém, nem do agente, nem do caçambeiro que está irregular. A gente faz fiscalização.

A colega passou a questão da caçamba que estava transbordando... É o que eu falei, vou falar: é o valor da gente, o agente que está lá, na hora ele vai fazer o valor de juízo dele e falar se está ou não acima. Claro, é o que eu falei, mas se houve abuso por parte do agente, como ela falou que fotografou, isso não chegou pra gente. É importante que chegue pra que possamos orientar o nosso efetivo: olha, se está assim, dá pra passar; assim não passa.

É o que eu falei, a nossa unidade está dentro do Parque do Carmo.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Um minuto. Foi dada a palavra a todos e eu tenho de manter a palavra do orador.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, eu vou encerrar esta audiência e abrirei outra. Em seguida, vamos dar continuidade. Os Vereadores estão cedendo espaço pra que possamos nos estender.

Vou pedir um minuto pra eu suspender a audiência, encerrar, e voltamos de novo com você. Está bom? Estou vendo que vai haver polêmica.

Estou suspendendo por 15 minutos a audiência pública de 2016.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pois não.

O SR. RICARDO NUNES – Solicito autorização para me ausentar e continuar a

audiência, porque estarei na CPI do Teatro Municipal, quando teremos uma oitiva fechada com o ex-diretor do Teatro Municipal, e, realmente, eu preciso estar lá porque, se não, não haverá quórum.

Quero parabenizar a condução dos trabalhos em defesa dos caçambeiros, uma categoria importante.

“Quero fazer um apelo à Guarda Civil Metropolitana, que é tão amiga desta Câmara Municipal e que tem o reconhecimento de vários Vereadores, como, por exemplo, a Vereadora Edir Sales, Abou Anni e tantos outros, que considerem o trabalho dessas pessoas, porque são trabalhadores que nem nós, os caçambeiros. Se eles estão tendo dificuldades, com relação ao incidente.” (Palmas)

É um apelo.

Às vezes, alguns amigos extrapolam, mas a gente sabe que a Guarda Civil Metropolitana está aí para ir atrás de bandido, para ver coisas erradas, e eles são trabalhadores.

Tenho certeza de que esse apelo vai ser atendido.

Boa tarde, gente, vou para o pessoal da CPI, um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado, Ricardo. Está justificada a sua ausência.

A SRA. EDIR SALES – Eu queria, antes do encerramento, Sr. Presidente, demonstrar a minha solidariedade aos caminhoneiros e dizer que a causa de vocês é muita justa, é nobre, e que nós estaremos apoiando naquilo que for necessário.

Continuem unidos. É assim mesmo. Temos que lutar pelos nossos objetivos.

Então, os meus sentimentos de solidariedade a todos os caminhoneiros.

Bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Bom dia a todos.

Peço desculpas pelo atraso, mas ...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Só um minuto, Vereador.

Gostaria de pedir para os convidados se colocarem nos seus lugares, para darmos continuidade a nossa audiência pública.

Por favor, Aurélio.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Bom dia a todos.

Gostaria de saudar o nosso Presidente Jonas Camisa Nova, a nossa rainha da Câmara Municipal, Vereadora Edir Sales, e todos vocês.

Esse projeto que estamos discutindo hoje tem autoria de vários Vereadores, especificamente, o Vice-Líder do PSDB, Vereador Gilson Barreto, que faz parte da minha Bancada. Sou o Líder do PSDB e acho que essa questão é de fundamental importância.

— Não pude comparecer a esta audiência antes porque eu estava debatendo com os japoneses que trouxeram uma fábrica para desmontar carros. Nós temos grande problema com esses carros nos pátios, e eles desenvolveram no Japão uma fábrica que desmonta o carro inteiro e reaproveita absolutamente tudo.

Nós estamos conversando no sentido de introduzir isso no Estado de São Paulo. Os recursos nossos serão zero. Tudo virá do governo federal japonês. Eu acho que é um grande presente.

Peço desculpas pelo atraso, mas são ações e discussões pertinentes.

Aqui estamos discutindo essa questão dos resíduos sólidos. Infelizmente, Presidente, Edir Sales, minhas senhoras e meus senhores, a nova lei dos resíduos sólidos não foi para frente, mas essa questão dos resíduos sólidos dentro da construção civil deveria ser arcada, como reza a lei, pela construção civil.

Vocês, simplesmente, seriam instrumentos de entrega para as usinas. Transportadores que iriam levar para as usinas beneficiadoras dos materiais oriundos das

construções de reformas e da construção propriamente dita.

Então, eu acho extremamente pertinente esse projeto, que vem regulamentar e ajudar todos vocês porque é chegada a hora de nós trabalharmos em prol de todos vocês. Eu acredito que trabalhando para vocês estaremos trabalhando para a cidade de São Paulo.

Parabéns.

Era isso o que eu queria dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado.

Vereadora Edir Sales, que dizer mais algumas palavras? (Pausa)

A SRA. EDIR SALES – Eu gostaria de ficar mais um pouco na Comissão, acompanhar e ser útil naquilo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Está aberta a 12ª audiência pública do ano de 2016.

Passo a palavra para Agapito.

O SR. AGAPITO – Retornando o nosso pensamento, tínhamos a questão da abordagem. Quero dizer que, infelizmente, é uma coisa necessária. Então, se causa algum constrangimento, pela Guarda, a gente já pede desculpas, mas é uma coisa que envolve segurança, e a gente não pode abrir mão. É claro que, se houver abusos, estes devem ser apurados.

O pessoal está perguntando sobre a questão do excesso ou na caçamba ou nos caminhões. Na verdade, quem faz o juízo de valor é o agente que está ali na hora. É ele que vai verificar se houve o excesso ou não. E, se, por ventura, o proprietário achar que não houve, terá todo o direito de recorrer.

Eu, particularmente, a primeira reclamação que estou vendo nesse sentido está surgindo aqui – estou há um ano no ambiental, a unidade mais antiga tem um ano. É a primeira reclamação. Mas essas reclamações podem chegar para nós nas nossas unidades. A unidade da zona Leste está dentro do Parque do Carmo, próxima à administração do parque; na zona

Sul, temos uma unidade que fica no Parque Natural Itaim e, na zona Norte, no Parque da Anhanguera. Temos essas unidades.

Na zona sul, no Parque Itaim, se vocês passarem em qualquer unidade da Guarda, ela indicará como chegar.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Você poderia deixar um telefone, para quando eles não acharem, para que eles possam ter informação?

O SR. AGAPITO – Vocês podem acionar a Guarda pelo telefone é 153. Vou deixar o telefone da Superintendência de Defesa Ambiental: 3396-5865. Esse telefone funciona em horário administrativo: de segunda a sexta-feira, no horário comercial.

Qualquer demanda que tiverem poderá ser encaminhada através desses telefones ou nas próprias unidades.

- Fala fora do microfone.

O SR. AGAPITO – Eu não vou ter, agora, o telefone da Corregedoria, mas posso me comprometer e, na próxima audiência, divulga-lo para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Eu passo para a Simone das associações para que divulgue.

O SR. RAIMUNDO – Boa tarde a todos.

Eu sou o Raimundo e faço parte da Diretoria da BTR.

A legenda do senhor não está...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Agapito.

O SR. RAIMUNDO – Agapito é Major?

O SR. AGAPITO – Não. Sou Inspetor de Agrupamento.

O SR. RAIMUNDO – Sr. Inspetor, vou fazer uma pergunta ao senhor: Essas abordagens, a fiscalização, são baseada em quê? Tem um código da Polícia Metropolitana, da Polícia Ambiental? Porque todas as abordagens expostas aqui foram arbitrárias. E além de terem sido arbitrárias, foram além do limite da competência de vocês – apreensão do veículo

por coisas que não tem absolutamente nada a ver dentro da competência de vocês; apreensão de caçamba por motivo de denúncia de morador, mas a caçamba estava dentro das regras da Amlurb, como calçada baixa, alta. Eu gostaria que o senhor explicasse para todos nós em que vocês se baseiam para fazer a fiscalização, porque eu posso confirmar para o senhor, e afirmar, através de provas de fotos, de inúmeras outras coisas, que todas foram arbitrárias, sem nenhuma condição de defesa. E quando o senhor fala em fazer a denúncia através do órgão maior, nós não temos resposta. E até não conseguimos, através do seu órgão maior, da Corregedoria, através de qualquer outra documentação, argumentar com a Amlurb para quebrar a multa dela. Então é fácil falar as coisas sem realmente ter fundamento nenhum.

O SR. AGAPITO- A Guarda Civil tem a atribuição de apreensão. Como eu disse, a gente tem um convênio com a Amlurb que nos permite fazer a apreensão do veículo se ele estiver dentro das características de irregular e dentro do artigo que permita a apreensão – se não for um artigo de apreensão, a Guarda não faz a apreensão.

A unidade leste da Guarda Ambiental tem um ano de criação, mas não fiscalizamos caçambas no solo. Não tem uma só caçamba apreendida, irregular, que estava no solo; a caçamba apreendida foi apreendida junto com o caminhão porque estava com alguma irregularidade, e incorria nos artigos que nos foram delegados para fiscalizar. Então a Guarda tem, sim, essa competência de fiscalização. Faz cinco anos que temos esse convênio com a Amlurb. A Guarda Ambiental, mais especificamente, está fiscalizando, de um ano para cá, com a criação das subunidades, mais específica, e, dentro disso aí, ela tem a competência, sim. Tenho números da zona Leste: foram 150 apreensões de veículos irregulares em um ano. Eu não quero que, dessas 150, ninguém foi lá reclamar, não tem nenhuma ação judicial que fala que a Guarda não possa fazer. Então o senhor desculpe, mas o senhor diz que a Guarda não pode, e a Guarda pode, sim, tanto é que ela faz. Agora eu repito: nós trabalhamos em relação à irregularidade. Se houver algum abuso da nossa gente, de algo legal, isso tem que chegar para nós. Eu só posso tomar providência e corrigir o erro a partir do momento que tomo

ciências, não quando tenho ciência do que está acontecendo. O Sr. Elivaldo, ali, é a primeira vez que falou da questão da abordagem, que ele entendeu que foi irregular. Se tiver algum caminhão sendo apreendido irregularmente pelos nossos agentes, isso vai ser apurado e vai ser corrigido. Só que para eu fazer isso, precisa chegar para mim; se não chegar, não tem como fazer.

O SR. ELIVALDO (?) – Agapito, o que eu quis dizer é o seguinte: o que tem a ver uma caçamba com excesso e o caminhão ser apreendido, se o caminhão está todo certinho? Por que apreende o caminhão?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AGAPITO – Eu entendo a posição de vocês, só que eu sou o fiscal da lei, eu não faço a lei, quem faz a lei são os legisladores, e eles estão aqui tentando melhorar para vocês. A orientação que vem para nós, de superior, é que nesses casos de caçamba irregular se apreende tudo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AGAPITO – Eu já entendi. Vejam bem, eu não estou falando em nenhum momento que vocês estão errados, eu estou falando que chega para a gente. A partir dessas informações...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AGAPITO – Eu não vou falar...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AGAPITO – Só complementar, eu não posso falar pela Amlurb. Acho que o Dr. Ricardo depois vai fazer esclarecimentos, mas cabe a nós a parte de apreensão. Na parte de liberação, multa, recurso, essa é a parte que a Amlurb que cumpre, não vou entrar no mérito da Amlurb. Agora é assim, a gente está sentado inclusive com o Dr. Ricardo, a gente está revendo aquela Portaria, ela está sendo revista. Tudo o que está sendo tratado aqui vai ser colocado lá em pauta e vai ser revista.

O que eu estou falando para vocês é o que eu estou sabendo agora.

Eu me comprometo com vocês de levar para o Comando Geral da Guarda o que foi colocado aqui, e o Comando da Guarda é que tem competência de ditar normas e falar que, a partir de agora, a ação vai ser essa.

Eu não posso chegar aqui e dizer que nós não vamos mais apreender, vamos fazer, porque vocês estão me pedindo. A gente vai precisar pegar a legislação, estudar a legislação. Junto com o Comando da Guarda e com a Amlurb definir como vai ser feito doravante. O que eu posso me comprometer com vocês é isso. Está bom?

E assim, quaisquer abusos que vocês entendam que houver por parte da Guarda nos procurem. Nos procurem para que a gente possa verificar o que está acontecendo.

A SRA. _____ - O que a gente está entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Ok, Agapito.

A SRA. _____ - Só um minuto.

O que a gente está entendendo é que ele está dizendo que não sabia. Então, a partir de agora, todos nós já estamos passando e estamos entendendo que ele está dizendo que as portas vão estar abertas para as nossas reclamações e, se caso for verdadeira, eles vão atender de outra maneira.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Eu gostaria de pedir às duas entidades aqui presentes, a BTR e Artesp, que façam um documento, para que seja enviado ao Comandante da Guarda, para que tome ciência do que está acontecendo, dos abusos e outras coisas mais. Tudo bem?

A SRA. _____ - Ok. Ok.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Pode ser, Comandante? Aí nós o ajudamos, Comandante. Pode ser?

A SRA. _____ - Pela ordem, Vereador. Posso fazer um aparte, rapidinho?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Pois não.

A SRA. _____ - Eu queria falar com o Comandante, representante do Comando do GCM, especificamente, que não existe na legislação nenhuma autorização para que vocês apreendam caminhão que está regular. O senhor só pode apreender a caçamba irregular. O caminhão não tem lei que o autorize.

Então, a partir do momento que você apreende um caminhão que está com toda documentação em ordem, com todas as luzes em ordem, com o material de estepe e tudo em ordem, vocês estão cometendo sim abuso de autoridade. (Palmas)

O SR. AGAPITO – Só respondendo à doutora. Viu, doutora, eu entendo o posicionamento da senhora, só que, como eu disse, já foram apreendidos, no mínimo, cerca de 150 caminhões, não existe um processo na Justiça...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AGAPITO – Não. Na Justiça não chegou nenhum processo para a Guarda Civil, dizendo que foi irregular. É uma questão de a gente estar revendo, estudar a lei, aquilo que eu falei que eu me proponho, e se houver alguma irregularidade, questão legal, por parte da Guarda Civil, isso será corrigido. É o que eu estou propondo. Entendeu?

Então como eu disse, com 150 caminhões apreendidos em um ano, fora os que foram apreendidos para trás, que eu falo que a lei está há cinco anos, não chegou nenhuma demanda judiciária para a gente, dizendo que o ato do guarda foi ilegal. Não tem nenhuma demanda.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Pessoal, pessoal, vamos passar a palavra para o Dr. Ricardo Brandão.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - E depois vocês podem pegar o Agapito lá embaixo e conversar com ele.

Antes de passar para você, Ricardo, eu tenho uns questionamentos que gostaria de colocar, assim você faz um apanhado de tudo e responde.

Por que existem dois cadastros diferentes para resíduos de construção civil e por que somente um deles é passível de controle de CTR? O outro não há controle de qualquer tipo. A segunda questão é por que as ATTs são obrigadas a se cadastrarem como usinas de reciclagem e, nesse caso, é exigida a emissão de licença ambiental, com impacto ambiental, sendo que o próprio órgão competente, a Cetesb (?), já manifestou dizendo que a atividade das ATTs não apresenta nenhum impacto ambiental, até porque, se nós formos tirar todas as licenças para podermos operar, como o Carlos aqui havia falado, Carlos de Oliveira, eu participei lá, na parte de licenciamento lá da Usina lá do Aracati, ficamos quatro anos batendo de porta em porta para tirar uma licença que a gente já sabia que não ia sair. Mas, até saírem essas licenças, na verdade, o proprietário já tinha três anos que ele não conseguia dar um passo para frente. Essa burocracia precisa mudar. É por isso que faço essa pergunta.

E a outra também, o outro questionamento meu é por que exigem que as caçambas sejam estacionadas na contramão, obrigando os caminhoneiros a se posicionarem na contramão na via para retirá-las. Quer dizer, o que acontece é que o caçambeiro, às vezes, tem de virar essa caçamba na mão - certo? -, o que poderá acarretar lesões, problemas de coluna e outras coisas mais.

E, por fim, por que existe um decreto dando apenas um dia de tempo de permanência de caçamba na via pública, e uma resolução dada estabelecendo cinco dias? Por exemplo, o decreto - não lembro agora de cabeça - de 2002, diz que é um dia. A resolução de 2016 diz que são cinco dias. Esse seria meu questionamento, Ricardo, e passo a palavra agora a você. Você tem todo o tempo que precisar.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO - Muito obrigado, Vereador Jonas.

Bom dia a todas, bom dia a todos.

Quero cumprimentar os representantes aqui da Mesa, em nome do senhor e da

nobre Vereadora Edir, por esse convite para estarmos podendo aqui discutir com vocês.

Quero cumprimentar também todos que estão aqui ouvindo, em nome do Sr. Lima e da Simone, para esse exercício democrático. E são vários assuntos, Vereador, que foram abordados. Realmente são temas importantíssimos e quero iniciar com uma colocação muito pessoal. Sou engenheiro civil de formação. Então vivo isso há 35 anos - meu primeiro estágio foi em 1981. Então essa questão de resíduos da construção civil faz parte da minha vida. Eu jamais poderia aqui falar como alguém de fora do sistema, não é? Então eu também faço, já fiz reforma no meu apartamento, já produzi, já trabalhei no setor, venho da iniciativa privada. Assim, é um tema que realmente está, com certeza, no meu dia a dia. Isso eu queria deixar claro.

Também, nesta gestão, fui Secretário Adjunto do Verde e do Meio Ambiente. Foram colocadas aqui algumas questões ambientais. A própria Sudan (?) foi criada em novembro de 2014, nós ajudamos a elaborar todo o arcabouço para que pudesse ser criada. Estivemos, no ano passado, na inauguração lá do Parque do Carmo, junto com o então Secretário Candelária. Então é um tema que, quando cheguei à Amlurb - foi agora em março, então estou fazendo quatro meses, na sexta-feira, de Amlurb, cheguei no dia primeiro de março; a minha Diretora Adriana, aqui ao lado, chegou em abril, final de março, começo de abril -, quando nós assumimos lá, esse tema foi colocado em destaque pelo Prefeito Fernando Haddad, pelo então Secretário Simão Pedro e também pelo atual Secretário Alberto Serra.

O que fizemos então foi abrir o diálogo. Nós, já respondendo aqui às colocações feitas pelo Vereador Jonas - muito pertinentes, inclusive -, é que o que pudemos constatar, nesses menos de quatro meses, é que houve muitos erros - está certo? -, pelos quais pedimos desculpas a todos os envolvidos, a todas as envolvidas, porque realmente as falhas aparecerem no ano passado, mas elas vêm um pouco de longe. Eu vou fazer uma linha do tempo. A própria Dra. Sílvia colocou algumas questões relativas ao passado, à resolução 58, de junho de 2015. Depois se geraram quatro novas resoluções, as 62, 64, 66 e 68, no intuito de

sanar algumas falhas apontadas, mas, desde o ano passado e começo desse ano, inclusive quando chegamos, nós vimos aqui ainda havia sido resolvida boa parte das questões.

Então, só para os senhores terem ideia de como esse tema é antigo e precisa ser realmente redirecionado e organizado, a criação da antiga Limpurb, do Departamento de Limpeza Urbana, foi em 1976, na gestão do ex-Prefeito Olavo Setúbal; e a primeira regulamentação do setor veio em 1987, na gestão do ex-Prefeito Jânio Quadros. Então se levaram onze anos entre a criação do Limpurb e a primeira lei aprovada aqui, na Casa, a 10.315, sancionada pelo ex-Prefeito Jânio Quadros. A partir daí, o decreto que regulamentava essa lei foi de 1999. Mais doze anos se passaram, até o ex-Prefeito Celso Pitta, se não me engano. Passamos onze anos para fazer uma lei. Estou falando só da criação da Limpurb. Não estou indo nem lá atrás. Três anos depois, em 2002, foi feito um decreto criando o STR na gestão da ex-Prefeita Marta Suplicy. Três anos depois, houve uma reformulação do CTR, em 2005. Depois em 2008, houve a lei do ex-Vereador Chico Macena, se não me engano, a 14.803, que foi citada aqui pela Dra. Sílvia, e, depois de 2008, nós voltamos a mexer no tema em 2015, com uma série de reuniões, com essas resoluções já faladas, com todo o imbróglio que aconteceu no passado. Nós estamos em 2016. Então, percebam que, nesses 40 anos, a partir da criação da Limpurb, houve cinco ou seis momentos em que esse tema foi realmente pensado em regulamentar, seja por lei, seja por decreto, seja por resolução, com períodos, às vezes, de doze ou treze anos entre um momento e outro.

São Paulo não admite desaforos. Falam que a nossa Cidade é a terceira, quinta ou sexta Cidade do mundo. Então, nosso grande desafio, nobre Vereador, vem de encontro bem ao espírito que V.Exa. nos convidou, colocando isso claramente. Nós estamos revendo, neste momento, todas as questões colocadas. Nós recebemos vários grupos representativos dos trabalhadores. Nós sabemos que empresários e trabalhadores geram impostos, sustentam famílias, pagam impostos, têm lucro, giram a economia e estão aqui hoje provavelmente não trabalhando, muitos e muitas aqui, perdendo talvez até ganhos para muitas empresas

pequenas ou empresas unifamiliares, mas é importante esse debate.

Só para termos uma ideia, nós fizemos um apanhado de 40 reivindicações. Se não me engano, a Dra. Sílvia colocou oito. O senhor fez oito quatro ou cinco perguntas, colocações. Com esses setores envolvidos, chegamos a 40. Nós estamos dentro de uma semana talvez, acredito, ou duas semanas, tendo finalizado as respostas a todas essas 40 demandas. Isso inclui tudo o que foi visto aqui, como apreensão, cadastramento, cadastro único, responsabilidade do gerador do resíduo da construção civil, a questão da GCM, caçambas na contramão e ATTs. Todas essas demandas foram reunidas. Algumas são demandas comuns, deram 40. O que nós podemos afirmar hoje é que mais da metade, com certeza, serão atendidas, pelo menos. Isso eu posso afirmar com bastante tranquilidade. Quando nós falamos em atendimento, nobre Vereador, é só para unificar o que nós estamos falando. Nós temos níveis de atendimento a possíveis demandas lá na Amlurb. Todas foram faladas aqui. A primeira foi resolução. Então, a resolução é feita na Amlurb, no âmbito nosso da autarquia. A segunda é uma portaria da Secretaria de Serviços. Nós estamos subordinados à Secretaria de Serviços. A terceira é uma portaria intersecretarial. Por exemplo, se forem resolver a questão da caçamba na contramão com a CET, a CET é de outra secretaria, de Transportes. Então, nós temos uma portaria intersecretarial, nossa Secretaria de Serviços com a Secretaria de Transportes, e aí entra, neste momento, a Secretaria de Governo, que faz a mediação entre duas ou mais secretarias envolvidas. A quarta possibilidade de mudança é um decreto, e aí já vai para o Sr. Prefeito. Aí já passa pela Assessoria Jurídica do Sr. Prefeito. Há uma outra tramitação. A quinta é esta Casa, é a lei. São leis introduzidas. Há um exemplo, o PL 03/2016, que nós lemos rapidamente. Eu acho que há coisas muito importantes ali que devem merecer, no retorno do recesso, um aprofundamento das discussões, e podemos aproveitar aquilo que for bom para a Cidade dentro o que nós estamos colocando. Então, dentro desses cinco níveis de alterações, nós estamos trabalhando. A resolução vai sair num prazo menor. Depois vem a portaria do Secretário, depois a portaria setorial, decreto e lei. Então, eu posso dizer que,

dentro dessas 40 demandas, nós estamos fazendo também um decreto unificador de vários decretos. Tudo o que foi colocado, ao longo, desde 1999, quando houve o primeiro decreto, até hoje, foram feitos decretos esparsos, estamos verificando essa inconsistência que foi colocada: “Ah, não podem apreender. Ela não está na lei. Está na lei”. Há leis municipais e decretos. Muitas vezes, não estão alinhadas. Muitas vezes, sai uma resolução do Conama, relativo ao meio ambiente depois da lei. Então, a lei municipal tem que ser revista. Então, tudo isso está sendo revisto. Nós vamos unificar todas essas 40 demandas, no que for possível, até o nível do decreto. Há a resolução, a portaria da Secretaria, portaria secretarial e decreto. Esse decreto é o que nós pretendemos, nobre Vereador, que seja unificador e que, sem dúvida alguma, 70, 80 ou 85% dessas demandas poderão ser atendidas até o decreto, seja por resolução, portaria da secretaria, portaria intersecretarial ou decreto. Algumas talvez estejam contempladas aqui. Nós precisamos analisar esse PL, e algumas podem necessitar alterações na lei federal, e aí foge até do âmbito nosso aqui do município de São Paulo.

Muito bem, sobre a implantação, também é importante dizer que ela está em andamento, a implantação do CTR eletrônico. Também é uma questão importante colocada. Nós começamos esse trabalho, como eu falei, com a nossa chegada lá em março e abril. Em maio, o CTR eletrônico, o sistema, começou a ser implantado. Então, nós fizemos uma série de treinamentos entre o dia 6 e o dia 31 de maio. Reabrimos, agora em junho, também algumas sessões de treinamento, porque nós observamos o quê? Que houve baixa adesão das empresas, sejam empresas de pessoa jurídica, sejam aquelas pessoas físicas que têm um caminhão ou dois. Nós não tivemos muito comparecimento. Nós estamos com cerca de 25% só dos que estão cadastrados na Amlurb. O nosso foco é quem está cadastrando. Faltam 75% comparecerem aos treinamentos. Então, essa é uma questão importante para nós, para aprender a mexer no sistema. É um sistema simples, é um treinamento de uma hora e meia a duas horas. Existe também um treinamento *on line*, que a pessoa pode fazer, e vai existir, na Amlurb, já está em fase final de implantação, um CCO, Centro de Controle Operacional

específico para esse sistema. Para quê? Para tirar dúvidas, como: “Eu não entendi muito bem. Como eu faço isso? Quero levar numa ATT que não aparece lá. Não consigo logar”. Tudo que há no sistema, em qualquer sistema que a gente use, nas Lojas Americanas, nos bancos, às vezes, pode causar problemas. A gente sabe disso e nós vamos ter esse apoio, esse atendimento a todos os usuários. Então, a primeira colocação que nós fazemos é: “Precisamos de mais gente”. Então, peço ajuda de quem está aqui presente, os representantes das entidades, para que consigam multiplicar, para que nós possamos treinar mais empresas, mais pessoas físicas a usar o sistema. A partir daí, o sistema, no final de maio ou começo de junho, onde nós estamos hoje, nesses 29 dias de junho, nós tivemos que abrir outras sessões de treinamento. Nós achamos que, em maio, esgotaria-se. Não se esgotou. Só houve esses 25% de adesão que eu falei. Hoje nós estamos com um grupo de trabalho interno na Amlurb, vendo todas essas demandas que foram apresentadas, fazendo a minuta desse decreto, de novas resoluções, portaria intersecretarial e portaria da própria secretaria. É o momento em que estamos hoje. O nosso prazo, para que essas 40 demandas sejam atendidas, é no dia 08 de julho, na semana que vem. Quero dizer internamente. Estou anunciando aqui que, até o final da semana que vem, o grupo da Amlurb interno, dessas 40 demandas apresentadas, que inclui tudo o que foi falado aqui, absolutamente tudo, nós vamos ter um resumo. Então, nós estaremos chamando os senhores representativamente, para um diálogo depois do dia 11, numa próxima segunda-feira. A partir daí, nós vamos abrir um diálogo e nós vamos ter os detalhes dessas demandas, colocados para as entidades que nós recebemos desde março e abril, incluindo aí também, no momento seguinte, lá para a segunda quinzena de julho, o que nós esperamos, essa minuta do decreto já estar pronta. Como o decreto passa pelo Prefeito, é S.Exa. que sanciona e assina, aí há um caminho um pouco mais longo de tramitação interna nossa. Não fica só no âmbito da Amlurb, mas também as entidades serão chamadas, para que possamos discutir essa questão da unificação de tudo o que existe, sejam multa, apreensão, caçamba branca, caçamba azul, classificação dos resíduos, vai para o aterro tal, não vai, vai o

gesso, não vai a madeira, para a caçamba assim, para a caçamba assado, tudo com transportes. Com a GCM, nós vamos marcar também conversas lá. Então, nós vamos unificar isso, padronizar, e quem ganha com isso, sem dúvida, é a Cidade. Nossos estudos apontam hoje cerca de 3.500 a 4.000 pontos viciados. Isso muda todo o dia. A gente faz uma operação lá e, em dois ou três dias, é limpa. Aí, ao lado, começa outro ponto viciado, na rua de trás, no quarteirão seguinte. Então, esses estudos... Quer dizer, a gente não pode conviver com 3.500 a 4.000 pontos viciados todos os dias. Nós não temos condição de fazer isso. A Cidade não aguenta isso. Então, o que nós queremos? É a Cidade limpa, os trabalhadores, os empresários do setor conseguindo obviamente ganhar, sustentar as famílias, sustentar os trabalhadores, ganhar dinheiro e ter lucro. Queremos os nossos aterros recebendo material, reciclando. Foi colocada aqui, pelos Srs. Clodoaldo e Carlos, a questão do reaproveitamento dos resíduos. Isso é um desafio nosso da Amlurb, de que nós utilizemos tudo isso, como pedrisco, como brita 1, brita 2 e rachão, para o próprio setor da construção civil. Queremos resolver o desafio do gesso. Volto a insistir aqui que a construção civil é o meu setor também. Então, nós estamos juntos. A madeira é um setor importantíssimo também, como a poda de árvores. Quanto à telha de amianto, há uma legislação. Há a própria questão dos entulhos que são levados ao ecopontos. Nós precisamos rever isso. Essa questão também vai estar colocada. Nós temos hoje, na cidade de São Paulo, 91 ecopontos. Na apresentação da Dra. Sílvia, se não me engano, eram 53 em 2012. Havia 77 em 2013, e hoje nós estamos com 91 funcionando, com previsão de chegar a 143 no prazo de um ano. Até junho do ano que vem, nós vamos entregar mais 52 ecopontos para a população. Então, precisa ter. Agora, o que eu quero dizer também para a senhora...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO - É ótima porque nós temos de olhar o para-brisa. Tudo o que foi falado aqui é retrovisor. Tudo o que aconteceu. Então, precisamos refazer a realidade. Não temos condições de voltar a fita e fazer um bom começo. Nós temos

condições de começar a construir um excelente final, por isso que estamos abertos ao diálogo e por isso vamos resolver os problemas. Eu lembro, a senhora falando ai, que na década de 90 era um drama usar o cinto de segurança. Era um drama: Como? Vou ficar preso no carro! Imagina! E se o carro capotar? Hoje, vai alguém andar sem o cinto de segurança.

(NÃO IDENTIFICADO) – Desculpe interromper.

Esse negócio do ecoponto, quero até falar um pouco porque você viu que os colegas não gostaram muito. O ecoponto foi criado pelos governos anteriores, não vou citar nomes. Os pontos viciados que falam hoje eram os mesmos. Como o Ministério Público bateu muito para que o Poder Público tomasse providências, para resolver o problema do ponto viciado criaram os ecopontos.

O ecoponto tira o trabalho dos caminhoneiros, não resolve o problema de ninguém e gera despesa para o Município gigantesca. Quem quiser continuar defendendo o ecoponto que defenda. Para a nossa categoria é péssimo. Para o Município é péssimo e para quem paga os impostos é pior ainda. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não, mas ai já vai ter a ATT gigante que resolve o problema do ecoponto.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO – Só para finalizar. Eu acho que a questão do ecoponto está no nosso radar. Podem ter certeza de que a partir do momento que a gente assume a Amlurb todos os amigos e pessoas que me conhecem começam a mandar: está sujo aqui, tem problema ali, fui entregar isso no ecoponto. Então, acabamos virando um ouvidor da nossa própria função. Também recebo reclamações de famílias, de parentes, de vizinhos, de amigos.

Moro em um prédio - para ter um exemplo ambiental – sou subsíndico e tento implantar a coleta seletiva no meu prédio desde a década de 90 e não consigo. Toda assembleia eu sou derrotado. Então, não temos vida fácil.

O ecoponto foi primeiramente implantado na Cidade em 2003, Ecoponto Bresser. Então, estamos com 13 anos de experiência de ecoponto e temos uma experiência acumulada para melhorar.

Esse modelo de ecoponto que existe, que está errado, que vocês falam, sem dúvida, tem de ser revisto. Sem dúvida. Tem pessoas que são muito bem atendidas. Pode ser que para esse setor realmente tenha falhas, mas para muita gente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO – O que estou falando é que os erros têm de ser corrigidos...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO – Isso é o que vocês sentem. Temos várias outras demandas. Estamos falando como setor. Temos três ou quatro outros setores que sentem outras coisas. Precisamos rever também. Não estamos falando que o sistema está perfeito. O sistema funciona para algumas coisas e para outras, não. O que não funciona temos de melhorar.

- Manifestação fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) – (transcrição prejudicada) ...Tivéssemos um canal para que fiscalizasse os caminhões.... que estão batendo hoje de porta em porta... entulho....

É todo mundo pai de família, micro e pequenas empresas e esses camaradas estão hoje batendo lá na rua por excesso de caminhão e falta de entulho na rua, de porta em porta....

Bate, me dá 50 reais que eu levo tudo...Caminhão de lixo....O que eles estão fazendo? Eles estão levando tudo...(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, eu gostaria que vocês encaminhassem essa denúncia à Amlurb e também passasse para nós até que a Amlurb desse uma resposta referente aos caminhões. Caso não seja resolvido nada, vamos ao Ministério Público. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) – (transcrição prejudicada) – Até acabar com os pontos viciados porque nós estamos com os caminhões nas ruas e não somos nós que estamos jogando. Os pontos são os clandestinos. A gente consegue denunciar os clandestinos se tivermos um canal aberto com vocês. Nós vamos mostrar...podemos ajudar vocês a acabar com os pontos viciados, a denunciar esse tipo de coisa que está acontecendo com....as grandes engenharias. Nós estamos sendo engolidos...(Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – (transcrição prejudicada) – Chegaram a apreender caminhões... foi a troca das lonas. Hoje não sabemos onde está essa lei. Agora, o caminhãozinho...e andar com a velinha em cima? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, se todas essas denúncias que vocês estão fazendo não forem feitas no microfone, não fica registrado na Casa.

Vocês têm de vir no microfone e falar. Ajuda a gente também porque depois podemos pedir a fita....Fica registrado.

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu vou repetir porque isso tem de ficar gravado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Não. Se alguém quiser a fita do que está acontecendo na reunião, está à disposição pela TV Câmara. O que não é falado no microfone, não é registrado.

(NÃO IDENTIFICADO) – A Soma, os senhores expuseram a situação do ecoponto. Por que somos contra? Porque temos nossa empresa, pagamos impostos e temos a nossa família. Somos contra o ecoponto por quê? Sabemos quem é dono da Soma, mas não conseguimos entender porque as leis são só para nós. Por exemplo, fomos questionados quanto a lona que até hoje não houve definição porque quando param – a própria GCM, não sei se tem essa orientação – e falam que estamos com a lona errada. Você pode parar meu caminhão e me multar porque é a orientação que você recebe lá. Você pode me multar, não é isso?

(NÃO IDENTIFICADO) – Não multa? Então posso usar lona, telinha, então?

- Manifestações fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO 2)– Desde que não derrame na via pública.

(NÃO IDENTIFICADO 1) – Mas eu posso usar a tela então?

(NÃO IDENTIFICADO 2) – (Longe do microfone) - Se não estiver derramando.

(NÃO IDENTIFICADO 1) – Vocês estão ouvindo, não é? Nós podemos usar a tela desde a caçamba esteja no nível, não derramando em via pública então. Porque nós não a usamos, que é um custo muito menor para nós. Aquela outra que nós usamos, que eles chamam de feirante, rasga em um mês. O meu questionamento, que quero que fique registrado, é: por que a soma (?) pode andar com a tela e até sem lona, como nós vimos, e nós não podemos usar a tela?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Obrigado. A palavra agora é do Dr. Ricardo Brandão.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO – Eu vou retomar. Essa questão de tela, por exemplo, nós estamos sabendo agora dessa questão. Quero deixar claro que vocês estão nos setores há vários anos, nós estamos há 3 meses.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Pessoal, pessoal, olhem o respeito, a ordem. O Dr. Ricardo está falando.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO – Nas 40 demandas que nós recebemos, essa não está incluída. Quero deixar claro isso também.

- Manifestação longe do microfone.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO – Não, já está anotado. Anotei tudo aqui. Há a Diretora Adriana. Perguntaram: “Qual o canal?”. Nós temos vários canais. Primeiro, o 0800; Segundo, o *site*. Terceiro, podem marcar uma carta para nós, em meu nome, Ricardo Brandão Figueiredo, Rua Azurita, 100 - está lá no *site* da Amlurb -; uma carta com foto, com

denúncia. Há também a Controladoria Geral do Município, que é outro canal. Há o Ouvidoria Municipal, que também é outro canal. Então, isso tudo chega. Vocês podem ficar muito tranquilos; ou a Amlurb, ou a Controladoria, ou a Ouvidoria, ou os três. Vocês podem entrar com o mesmo pedido três vezes, não tem problema algum. Ou a Casa das Leis, aqui. Podem ficar muito tranquilos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO – Não, aí não dá. Além do que – volto a insistir –, ainda estamos olhando no retrovisor. O Ecoponto está no retrovisor, o ponto viciado... Nós estamos implementando o CTR Eletrônico para mudar essa realidade. A realidade não vai mudar da noite para o dia, a gente sabe disso, mas vai melhorar. Temos que começar a enxergar um pouco o que está para frente a partir do CTR Eletrônico. Inclusive, o que podemos colocar é que essas demandas aqui hoje foram todas anotadas, anotei tudo o que foi dito. A Diretora está aqui. Essa questão da Iona, Lima e Simone, vamos incluir esses itens de lona e tela, podem ficar tranquilos, pois isso estará no nosso radar. O que puder ser melhorado, faremos.

Para finalizar, quero reforçar que precisamos da adesão de mais empresas nos treinamentos. Segundo, precisamos instituir – como já foi falado, embora não claramente – um programa de educação ambiental claro para os geradores, para os munícipes, para quem gera o resíduo, seja pequeno – como reforma de um apartamento ou de uma casa –, seja o comerciante, o *shopping*, o condomínio, a indústria que há em São Paulo. O que quer que seja, precisamos ter um programa de educação ambiental claramente colocado para evitar tudo isso. Educação ambiental é tudo. Hoje a juventude – os abaixo de 30 anos – são todos frequentadores das redes sociais. Jovens não veem televisão. Eu tenho de 13 anos que nem sabe o que é televisão.

A SRA. SIMONE AMARAL – Ricardo Brandão, só uma pergunta.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO – Me deixe só finalizar, aí a gente abre

para os debates. A questão da educação ambiental, a questão de mudança de resolução – lei, decreto, portaria -, quero enfatizar isso. Uma última coisa: antes de entrar em vigor o CTR Eletrônico, que ainda não tem data definida, vai haver um período que chamamos de período de adaptação, “educacional”, para que tudo se ajuste. Por quê? Porque o sistema que está sendo montado está sendo feito com vocês. Se a pessoa não vai ao treinamento, ela não vai reivindicar, nós não vamos ficar sabendo. Às vezes, os representantes dos setores sabem de 95% dos problemas. Esses 5% são um ou outro que sabem, e é importantíssimo levantar isso. Eu pessoalmente estive em dois treinamentos e não vimos lá que as pessoas levantaram questões pertinentes – vocês, que trabalham com isso. Então, o sistema tem que se adaptar a São Paulo, não o contrário. Essa é a diferença. Assim como citei aqui o cinto de segurança e outras questões, teremos um prazo para adaptação, certo? Ainda não está definida a data, porque as demandas e a minuta do decreto. Esse foi um pedido feito, pois se espalhou por aí por algum motivo que havia uma data para entrar. Essa data está em aberto. Sentimos talvez uma falta de diálogo ao longo desses anos todos. Então, estamos abertos ao diálogo, e o diálogo é isso. O ex-Presidente Lula falou que a democracia não é um pacto de silêncio, não é a gente achar que estamos certos e vocês acharem que estamos errados, e vice versa. Estamos realmente abertos para ouvir. Incluímos algumas demandas para que a nossa Diretora e a equipe da Amlurb, às quais agradeço, possam estar colocando isso e fazer o ajuste.

O primeiro passo será o CTR Eletrônico. Nada impede, Vereador, que o projeto de lei venha a contribuir, quando aprovado, em algumas questões. Estamos abertos a novas audiências e encontros que se fizerem necessários. O Lima e a Simone sabem que estamos abertos ao diálogo. É assim que vamos construir o objetivo que é comum a todos nós, que é uma Cidade mais limpa. Esse é nosso objetivo.

Quero agradecer uma vez mais seu convite. Muito obrigado e conte conosco. Vocês sabem que estamos aqui hoje pela primeira vez, podemos voltar outras vezes. Agradeço

a atenção das entidades representadas pelo Lima e pela Simone e outros.

A SRA. EDIR SALES – Um aparte. Antes que o Ricardo Brandão saia, gostaria de fazer uma pergunta em nome de todos aqui - em nome da Dra. Silvia; da Simone Amaral, que é presidente da Associação Brasileira de Transportadores de Resíduos. Quero ter uma resposta por escrito e depois, Sr. Presidente, nós iremos fazer um requerimento de informação. As palavras, o vento leva. Nós queremos uma resposta por escrito e vamos fazer um requerimento de informação. (Palmas)

Já queria saber... Só entra em vigor após 100%. Tudo isso que o Ricardo falou está muito bem dito, muito bem esclarecido. Ele está chegando agora, espero que realmente resolva tudo o que é necessário ser resolvido; que a Secretaria Municipal de Serviços realmente consiga resolver a situação. Mas quero saber o seguinte: se só entra em vigor após 100% dos resíduos recebidos nos aterros da Prefeitura. Aí sim nós poderemos ter (ininteligível). (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Ricardo, com licença.

A SRA. EDIR SALES – É uma questão, inclusive, indagada pela Dra. Silvia e pela Simone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Esse pedido da Vereadora é um pedido de nós Vereadores da Comissão, que, inclusive, pediram para que eu passasse a você, Ricardo que enquanto não se abrirem os 4 aterros na Capital, que o CTR Eletrônico só venha a valer a partir desse novo edital quando houver os 4 aterros. Também o que a Doutora falou: recebemos 100% dos nossos resíduos dentro do Município. Eu não tenho nada a ver com Caieiras, com Santo André, certo? (Palmas)

Por que essa reivindicação que a Edir falou? Na verdade, tínhamos que ser autossuficientes. E também temos que oferecer para os caminhoneiros que prestam serviço a solução. Não apenas falar: “Vou criar um CTR” e dizer “Se virem, vão para Santo André, para não sei onde”. São Paulo tem como fazer isso.

Sobre as ATTs: para que esse monte de burocracia se não é um aterro, apenas um transporte que vai passar por ali e o resíduo vai ser reciclado depois, vai ter destino final? Nos aterros que temos hoje, até convidei os Vereadores presentes para fazermos uma fiscalização sobre o que eles fazem de reciclagem com o que é mandado para eles. Na verdade: nada, nada, nada. Então, na verdade, está na hora de a Casa fazer uma vistoria nesses 3 existentes hoje, até porque também suas licenças estão vencendo agora. Esse é o pedido de todos os Vereadores da Comissão e também, agora, da nossa rainha. Ela não é pouca coisa, é a rainha da Casa.

- Manifestações fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) – Vai ser renovado agora.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Referente aos Ecopontos, existe um limite de entulho para ser colocado. Por lei, teria um limite. Precisamos rever tudo isso, mas o principal para nós agora é forçar para que seja aberto mais outro canteiro, para que a gente possa fazer o bota fora, e a regularização dos 4 para que a gente possa ter o CTR e falar para o menino: “Eu te dei a solução. Você tem esse, esse e esse para descarregar”. Para, depois, a gente implantar o CTR Eletrônico. (Palmas) Obrigado, Ricardo.

A SRA. SIMONE AMARAL – Ricardo, eu queria responder referente ao sistema. Eu até conversei com você ontem, mas queria reforçar para todos ouvirem por que foram só 25% de adesão, não 75%. Porque esse pessoal entende o seguinte: não tem como você já ouvir uma parábola, muitos vão saber onde, pegar um pano novo e remendar no vestido velho. O sistema é bom? É bom, é um pano novo; mas o vestido onde vai ser colocado está velho, então vai rasgar, não tem jeito. Você falou ontem: “Não, Simone, a gente vai fazer o vestido novo também”. Então, é isso o que a gente está esperando de vocês, não é? Eu sei, como você disse, que o diálogo está aberto mesmo. (Palmas)

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO – Obrigado, Simone. Vereador Jonas, na questão dos aterros, eu vou até reproduzir aqui o que eu já falei para os grupos que

recebemos lá na Amlurb. Nosso sonho, enquanto Amlurb, era que cada subprefeitura tivesse pelo menos uma ATT e um aterro. Era o nosso sonho. Porque alguém já disse aqui: a cidade lá é um bairro de São Paulo. E é mesmo. Temos 12 milhões de pessoas, são 32 subprefeituras. Então, o ideal é que tivéssemos áreas disponíveis até para evitar problemas – e falo como ambientalista – como o caminhão sair da zona Sul e ir para a zona Leste; até por isso. Para poluir menos, para desgastar menos o asfalto, engarrafar menos o trânsito. Quanto menos se trafega, menor a possibilidade de acidentes. Então, só há ganhos. Nosso sonho era esse.

Porém, a própria cidade São Paulo sofre com a escassez de áreas, sabemos disso, além do próprio licenciamento da Cetesb. É muita justa; já foi falado, o Vereador colocou aqui a questão da Cidade, como conseguir resolver. Agora, temos um debate importante, pois São Paulo é uma cidade metropolitana. Temos dezenas de cidades em que a água é metropolitana. Não existe um sistema de água para a cidade de São Paulo, não existe; tampouco de esgoto.

Essa é uma questão que vamos tentar equacionar, mas é difícil. Não é fácil, não é fácil.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO BRANDÃO FIGUEIREDO – Nós anotamos essa questão de ATT, já tinha sido falado, pela dificuldade em fazer o cadastro. Isso está sendo colocado, possivelmente no decreto, dê para mudar isso. Eu só não falo que da para mudar agora, porque não tenho essa certeza.

Agora, só vou finalizar, e pediria apenas alguns minutos, para diretora Adriana. Que está aqui, Diretora responsável por toda a limpeza urbana da Cidade de São Paulo, foi falado a questão de somem nova. Vamos ver isso hoje à tarde. Se alguém quiser protocolar em um desses canais, por favor, com imagens, vamos atrás. Não temos nenhum problema de apurar. Deixo claro. Se está fazendo coisa errada, vamos apurar. E o próprio Prefeito Fernando Haddad já deu vários exemplos de que apura coisas erradas e vamos até onde for. Não temos nenhum problema em relação a isso.

Foi falado aqui de cadastro e tal. já fizemos mudanças em nosso cadastro, quem acompanha o dia-a-dia da Amlurb sabe disso. Não apareceram ainda, para cá, mas lá dentro estamos fazendo alterações, levando em conta esse dialogo que já tivemos.

A SRA. ADRIANA – Boa tarde a todos. Como bem disse o Ricardo, entrei á pouco tempo, sou diretora de DGS na Amlurb, Diretora de Gestão de Serviços, vou falar bem rápido da parte técnica no que posso me comprometer e no que tem sido solicitado para mim, do Ricardo, para que seja feito com relação aos aterros. Não é a licença que vence agora, temos um contrato com esses três aterros, esse contrato vence no final do ano com os três. Então o que tem da acontecer agora é uma nova licitação. Até o final de mês de julho, vamos lançar o edital da nova licitação com no mínimo quatro aterros, não mais três. E com a ideia de conversar com eles a respeito do recebimento, não sei se conseguimos 100%, mas de aumentar, hoje eles recebem...

A SRA. EDIR SALES - Adriana, um minutinho. Um aparte. Que seja dentro de São Paulo, é isso?

A SRA. ADRIANA – Sim. Hoje contratado pela Prefeitura temos três.

A SRA. EDIR SALES –Temos um só em São Paulo. Faltam mais três em São Paulo, para se fazer quatro. Pelo menos a informação que tive agora, é que temos um e nós deveríamos ter quatro. Um em cada zona. Onde tem sido doutora?

A SRA. ADRIANA – Dois, dos três estão dentro da Cidade de São Paulo.

A SRA. EDIR SALES – Um no Pari, somente.

- Manifestações paralelas.

A SRA. ADRIANA – Como estava dizendo, temos o contrato com três aterros, dois estão dentro de São Paulo, e um fora. A nova licitação, vamos abrir para aterros que possam receber resíduos da construção civil, mas não mais três. Sim, isso vai ser visto também. Porque hoje eles não recebem, se o material não tiver limpo. Então dificulta muito. E com relação as ATTs , porque acho, o contrato deles, hoje, até o final do ano, então é uma coisa

que ainda vai levar um tempo. O que podemos nos comprometer mais, ajudar hoje, é a questão das ATTs. Facilitar, desburocratizar, de forma que consigamos ter dentro de São Paulo muito mais áreas para receber e aí talvez, no final do ano, não precisamos ir tanto de tantas outras áreas como os aterros. Não teríamos tanta necessidade. Se a gente conseguir aumentar a quantidade de ATTs para receber dentro da Cidade de São Paulo. O que temos de fazer, mais rapidamente é isso. ajudar no cadastramento das ATTs.

- Fora do microfone.

A SRA. ADRIANA – É isso que estou me comprometendo a rever.

- Fora do microfone.

O SR. ANTONIO – Boa tarde a todos! Hoje a tecnologia está muito avançada. O que tenho observado na Cidade de São Paulo, no decorrer dos dias muitos tubos de televisão estão sendo jogados na Av. Cupecê, na Vereador João de Lucas, e espalhando por toda Cidade de São Paulo. Como esses tubos não tem quem recolhem, a Limpurb não recebe. Por exemplo, se joga um tubo de televisão na caçamba eles não recebem. Esse material que temos aqui no teto, esse é de papelão, mas há os de fibra, a Limpurb não recebe quando é fibra. E geralmente quando você coloca uma caçamba no local, não tem como a pessoa saber o que tem dentro da caçamba, você encontra rato, cachorro morto, encontra de tudo. Já aconteceu de encontrar até cadáver dentro da caçamba, e é difícil saber o que tem dentro das caçambas porque não tem como separar o material. A Prefeitura não autoriza separar. Não tem como separar hoje. Por exemplo, esse material até polui. Se ele continua poluindo e a Limpurb não recebe, porque eles não proíbem a fabricação desse material como também a fibra, aquela que destelha, o amianto e outros produtos que contaminam a terra.

Hoje na Cidade de São Paulo tem muitas árvores, porque a Prefeitura ou Limpurb, faz um maquinário que possa tanto moer essas madeira, fazendo um valor financeiro, investindo na própria Cidade de São Paulo. Por exemplo, na Inglaterra, tudo que se tem lá, aproveita. As pessoas que passam catando papel nas ruas é para vender para o ferro velho,

cinco centavos o quilo e muitas vezes as pessoas fecham o ferro velho, e a pessoa que pega o papelão, latinha, ou seja o que for, na rua, leva, e não tem como eles pegar, por causa dos documentos, autorizar para receber esse material, para pessoa levar para o local e depois para a fábrica para ser derretido.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) – Antes de passar a palavra ao Sr. Lima, gostaria de sugerir aos senhores, que podíamos, nós mesmos, fazer uma campanha de educação com os clientes de vocês. Criar um panfleto dizendo o que pode ser feito. Sei que não adianta, mas pelo menos vai alertar para ele, que você não vai levar a caçamba porque está com excesso, está com isso, está com aquilo. Ai chama a Prefeitura.

Com a palavra o Sr. Lima.

O SR. LIMA – Eu falo para vocês, como categoria. Todos aqui querem falar um pouquinho, eu entendo.

Eu estou há 35 anos, como vocês, sofrendo uma batalha gigante. Por isso, estou aqui. Hoje eu não como presidente de associação, não. Eu estou aqui hoje porque eu sou a categoria.

- Manifestação simultânea.

O SR. LIMA - A única forma que encontrei para representar vocês foi oficializar uma associação para que eu pudesse hoje estar nesta mesa, porque na outra passada, eu ganhei dois diplomas, um do Prefeito Haddad e outro do Ricardo Nunes, mas não pude participar da mesa. Porque na outra reunião eu falei...

- Manifestação simultânea.

O SR. LIMA - Eu não pude participar da última comissão, como vocês sabem, da última audiência pública, porque eu não tinha diploma naquele momento. Agora eu arrumei um diploma, igual ao do Lula, de presidente da associação dos caminhoneiros.

Por isso estou aqui. O fato não era esse, mas para ajudar a Rainha. Rainha e caminhoneiros a gente tem que saber pedir para ser ouvido e atendido. Se vocês pedem – em

São Paulo hoje, sabendo da dificuldade que é para licenciar os aterros, nós temos Grajaú, Riuma e temos o Itaquareia, mas precisamos dos três.

Mas se falamos que só queremos aterro dentro da cidade de São Paulo, como o Dr. Ricardo falou que não há locais e nós sabemos que não tem, mesmo, quer dizer, que não vai ter aterro licenciado.

O Itaquareia pode não servir para o Lima, porque ele está no Capão Redondo, mas estou pedindo um lá perto da minha casa, para poder descarregar perto. Vocês, com certeza, meu amigo ali, mora do lado do Grajaú, ele joga lá porque mora perto. É muito bom para ele.

Mas também não esqueçam que tem muita gente do lado de cá que usa o Itaquareia, certo? E precisa dele. É verdade ou é mentira, gente? Então tem muita gente que mora perto...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LIMA - Mas não interessa. Interessa que está atendendo.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. EDIR SALES - Gente, um minutinho só.

- Manifestações simultâneas.

- Tumulto.

A SRA. EDIR SALES - Já que o Lima citou meu nome, Presidente.

- Manifestações simultâneas.

- Tumulto.

O SR. LIMA - Vocês não viviam pedindo quatro aterros em São Paulo? Que aceitavam 100%.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. EDIR SALES - Capital, Capital de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Lima, Lima, deixa eu passar a palavra.

O SR. LIMA – Não vou entrarem polêmica. Está encerrada a minha fala. Vocês peçam o impossível e não vão ser atendidos. Só isso.

A SRA. EDIR SALES - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Silêncio, pessoal. A nobre Vereadora vai falar.

A SRA. EDIR SALES - O que eu estou ouvindo, pelas reivindicações que estou ouvindo, da Presidente Simone, da advogada Dra. Sílvia, em nome de todos vocês que estão aqui representando, nós estamos pedindo os quatro aterros na cidade de São Paulo: Norte, Sul, Leste e Oeste. Não adianta atender só uma parte da região. (Palmas)

Ainda outra coisa...

- Manifestações simultâneas.

A SRA. EDIR SALES - Exatamente. Onde as ATTs vão jogar esse lixo? Se podem entrar em vigor, enquanto não entrar em vigor que os aterros, que terão os aterros 100%, não podemos ter resultado nenhum.

Outra sugestão que o Presidente deu e que eu acho que poderia ser mais válida, se a Amlurb fizesse a conscientização à população. Essa é a função e obrigação da Amlurb, que é o órgão da Prefeitura.

É isso que eu gostaria de fazer uma ressalva aqui, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Pessoal, já são 13h15min, acho que o principal já foi falado. Eu gostaria agora que o Dr. Ricardo Brandão terminasse a sua fala e encerrasse a reunião.

A SRA. EDIR SALES - Antes disso, queria agradecer a presença do nosso Agapito, que a gente conhece muito bem o trabalho deles. Quando foi inaugurada a inspetoria ambiental lá no Parque do Carmo, estivemos presentes. Temos uma representação muito grande da GCM, não só da Câmara como da cidade de São Paulo. Tenho certeza que o que o Inspetor Agapito puder fazer, assim será feito e toda a GCM em São Paulo, tenho certeza absoluta que

nós podemos contar com toda GCM de São Paulo. (Palmas)

Ricardo, por favor, conclua.

O SR. RICARDO BRANDÃO – Pois não, Vereador.

Finalizando, eu acho que esse tema, como nós vimos, Vereador, é muito importante, abre caminhos para outros ecopontos, para resíduos.

Então nós temos um problema de quantidade de aterros, de problemas administrativos para cadastrar ATTs, problemas de qualidade, o que recebe o aterro, o que pode receber, o que está permitido, problemas de legislação. Tudo isso, como eu falei, está sendo, neste momento, finalizada a discussão, após recebermos, claro, os grupos.

Vamos incluir o que foi falado nesta audiência pública, é muito importante. A nobre Vereadora Edir fez uma colocação bastante importante, sobre a educação ambiental. Claro que nós precisamos incrementar isso, acho que esse é o caminho. Qualquer país hoje que tenha um estágio ótimo de convivência numa cidade, não digo do tamanho de São Paulo, pois poucas se parecem com ela, mas uma cidade com 2-3 milhões de habitantes, são cidades que investiram na educação ambiental persistentemente.

Dei o exemplo que moro num prédio, onde não consigo fazer a coleta seletiva e esse prédio, onde moro há 27 anos, é de 1983, tem 33 anos, nunca recebi um panfleto de educação ambiental lá. Nunca. Se alguém faz, não está sendo bem feito. Já fui síndico, hoje sou subsíndico, fui do conselho, vivo lá. Não recebemos, nenhum morador. São 52 apartamentos ninguém recebeu, nunca, uma questão de educação ambiental de quem quer que seja. De Prefeitura, de Soma, de Nova, de Loga, de Caçamba, de Atelmat. Ninguém. Não estou falando de um, pode ser exceção, mas acho que não é.

Quem recebeu aqui? Quem recebeu fora daqui?

Esse é um eixo que nós vamos sim, Vereadores, investir muito em educação ambiental, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, que é a responsável por isso dentro da cidade de São Paulo.

Agradeço a presença de todos.

Uma vez mais, Vereador, estamos à disposição. Muito obrigado pela oportunidade de podermos ouvir e ser ouvidos. Vamos adiante.

Tenho certeza que vamos dar juntos um salto de qualidade excepcional para nossa cidade, nossos filhos e netos.

Muito obrigado. Boa tarde a todos. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Se o senhor não falar ao microfone, não será registrado. O senhor ficará sem CPF.

O SR. _____ - Queria oferecer – a gente vem aqui cobrar e tal, a cobrança é em decorrência disso, nós não temos locais para descarrego do material, mesmo. Queria oferecer uma sugestão para as senhoras. Temos várias áreas da Prefeitura que estão sem uso. Por que a Prefeitura não recepciona esses materiais e depois dá o destino final? Deu para entender?

Por exemplo, vou dar uma sugestão para a senhora. Na área do Parque do Carmo, temos área grande da subprefeitura lá, sem uso, usada como campo de futebol. Porque vocês, por exemplo, não fazem uso para recepcionar o material do povo e a administração é da Prefeitura?

Queria agradecer a vocês todos. Obrigado.

Estou falando a título de sugestão.

Eu sou da Itaterra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova) - Quero agradecer a presença de todos, principalmente do Ricardo Brandão, da Adriana, da nobre Vereadora Rainha Edir Sales, a Sílvia, Simone, o Lima, o Agapito.

Lembro aos senhores Vereadores, membros desta comissão, para participarem da audiência pública, que será realizada no dia: 30 de junho, às 10h, auditório Prestes Maia,

primeiro andar, com o objetivo de discutir o acolhimento de moradores em situação de rua, nesse período de inverno rigoroso e a retirada de seus pertences.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Bom final de tarde para todos, que Deus os acompanhe. (Palmas)